



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

VILCKMA OLIVEIRA DE SANTANA

**CLASSIFICANDO CONJUNTOS DE OBJETOS DE C&T: O caso da Coleção
Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE**

RECIFE

2025

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA**

VILCKMA OLIVEIRA DE SANTANA

**CLASSIFICANDO CONJUNTOS DE OBJETOS DE C&T: O caso da Coleção
Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE**

TCC apresentado ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Melo de Araújo

**RECIFE
2025**

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Santana, Vilckma Oliveira de.

CLASSIFICANDO CONJUNTOS DE OBJETOS DE C&T: O Caso da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE / Vilckma Oliveira de Santana. - Recife, 2025.

72 p. : il.

Orientador(a): Bruno Melo de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Museologia. 2. Patrimônio. 3. Geologia. 4. Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE. I. Araújo, Bruno Melo de. (Orientação). II. Título.

060 CDD (22.ed.)

VILCKMA OLIVEIRA DE SANTANA

**CLASSIFICANDO CONJUNTOS DE OBJETOS DE C&T: O Caso da Coleção
Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE**

TCC apresentado ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovado em: 13/08/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Bruno Melo de Araújo (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dra. Manoela Edna Lima
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esta pesquisa ao PALEOLAB, pelo maravilhoso trabalho em ser uma ponte
entre Museologia e Geologia.

AGRADECIMENTOS

À Deus, minha fortaleza nesta caminhada.

À minha família pelo amor e apoio incondicionais. Sem esta base, eu não conseguiria seguir em frente!

Ao meu orientador professor Doutor Bruno Melo de Araújo, pela atenção, confiança e paciência durante esta pesquisa. Obrigada por não soltar minha mão!

Aos professores da UFPE pela partilha de conhecimentos durante a graduação.

Aos colegas de curso, sempre prontos a partilhar conhecimentos e experiências, posso dizer que conheci quase todos, graças ao meu bagunçado cronograma de disciplinas...

Agradeço especialmente à UFPE pela oportunidade de estudo, especialização e formação na pesquisa científica sobre Patrimônio e Museologia.

Todo o meu amor aos que me ajudaram: obrigada!

Toda a coleção tem um sentido, um valor. Toda a coleção testemunha uma memória e é portadora de uma história que encontra o seu significado no “projeto da coleção”, ou seja, no ponto em que o colecionador se une aos objetos. Na maioria dos casos, essa história está intimamente ligada à história de vida do seu colecionador. O mesmo é dizer, exprime os seus valores e a sua visão de mundo (DESVALLÉES; MAIRRESSE, 2011, p.58 apud LIMA, 2019, p. 172).

RESUMO

A Museologia é um campo interdisciplinar, o que permite abranger em seu arcabouço teórico uma diversidade de temas e perspectivas de pesquisa. Nesta pesquisa os estudos sobre patrimônio, em especial o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia, são abordados a fim de analisar a categorização de conjuntos de objetos de ciência e tecnologia. A partir de uma abordagem qualitativa do caso da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE foi investigado como podem ser categorizados conjuntos de objetos de ciência e tecnologia no âmbito da Rede de Museus da UFPE e do Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro. A Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE é um dos quinze espaços registrados como pertencentes à Rede de Museus da UFPE. A Rede de Museus da UFPE foi criada em 2018 com o objetivo de promover a cooperação e a articulação entre os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE. Já o Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro trata-se de uma pesquisa, realizada inicialmente pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins, para ampliar o conhecimento sobre conjuntos de objetos de ciência e tecnologia. A presente pesquisa ao articular saberes dos campos da Geologia e Museologia permitiu analisar a Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE numa abordagem museológica, de modo que foi possível vislumbrar aspectos interdisciplinares entre estes campos.

Palavras-chave: Museologia; patrimônio; Geologia; Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE.

ABSTRACT

Museology is an interdisciplinary field, which allows it to encompass a diversity of themes and research perspectives within its theoretical framework. In this research, heritage studies, especially Science and Technology Cultural Heritage, are addressed in order to analyze the categorization of sets of science and technology objects. Using a qualitative approach to the case of the UFPE Paleontological Scientific Collection and Fossil Exhibition, we investigated how sets of science and technology objects can be categorized within the scope of the UFPE Museum Network and the Valorization of Brazilian Scientific and Technological Heritage Project. The UFPE Scientific Paleontological Collection and Fossil Exhibition is one of the fifteen spaces registered as belonging to the UFPE Museum Network. The UFPE Museum Network was created in 2018 with the aim of promoting cooperation and articulation between UFPE's museums, visitable scientific collections and art galleries. The Valorization of the Brazilian Scientific and Technological Heritage Project is a research project, initially carried out by the Museum of Astronomy and Related Sciences, to expand knowledge about sets of science and technology objects. By combining knowledge from the fields of Geology and Museology, this research made it possible to analyze UFPE's Scientific Paleontological Collection and Fossil Exhibition from a museological perspective, so that it was possible to glimpse interdisciplinary aspects between these fields.

Keywords: Museology; heritage, Geology; UFPE's Scientific Paleontological Collection and Fossil Exhibition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Proposta de Classificação de conjuntos de objetos de C&T	28
Figura 1 – Fotografia da Escola de Geologia da Universidade do Recife (1957-1965?)	33
Figura 2 – Fotografia do Prédio da Escola de Geologia (1967), na Rua Dom Bosco, 1002, Boa Vista	35
Figura 3 – Fotografia da Exposição de Fósseis (1968), no prédio do Instituto de Ciências da Terra	40
Figura 4 – Fotografia do Professor José Lins Rolim, da equipe do Instituto de Ciências da Terra, tendo ao lado fêmur de megatério montado sobre a tíbia	40
Figura 5 – Fotografia da Sala de preparação das amostras	41
Figura 6 – Armários PALEOLAB	42
Figura 7 – Etiquetas	43
Figura 8 – Bosque Fóssil	44
Figura 9 – Entrada da Exposição	45
Figura 10 – Primeiro ambiente da Exposição – megafauna	45
Figura 11 – Segundo ambiente da Exposição	46
Figura 12 – Vitrines da Exposição – Pernambuco e Paraíba	46
Figura 13 – Vitrines da Exposição – Réplica do dinossauro	47
Figura 14 – Imagens da Exposição em 2021	47
Figura 15 – Publicação: Paleontologia vai a Praça	48
Figura 16 – Procedimentos museológicos da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis	55

LISTA DE ABREVIASÕES

ATTENA	Repositório Digital da UFPE
CAGE	Campanha de Formação de Geólogos
CECINE	Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste – UFPE
CEDOC	Centro de Documentação e Pesquisa da TV Universitária
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CONSUNI	Conselho Universitário
C&T	ciência e tecnologia
CTG	Centro de Tecnologia e Geociências
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
FACEPE	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MCUL	Museu de Ciência e Técnica. Universidade de Lisboa
PALEOLAB	Laboratório de Paleontologia
PCC&T	Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI	Planejamento Estratégico Institucional
PETROBRÁS	Petróleo Brasileiro S/A
PPG-PMUS	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura
UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PROJETO VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO – MAST/UNIRIO: DO PATRIMÔNIO AO PCC&T.....	18
2.1 Museologia e Patrimônio	18
2.2 Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T)	21
2.3 Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro	23
2.3.1 Proposta de Classificação de Objetos de C&T.....	26
3 COLEÇÃO CIENTÍFICA PALEONTOLÓGICA: DA ESCOLA DE GEOLOGIA DE PERNAMBUCO À REDE DE MUSEUS DA UFPE.....	29
3.1 Breve Contexto da Geologia no Brasil	29
3.2 A Escola de Geologia do Recife	32
3.3 Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE	37
4 COLEÇÃO CIENTÍFICA PALEONTOLÓGICA E EXPOSIÇÃO DE FÓSSEIS DA UFPE: UMA ABORDAGEM NO CAMPO DA MUSEOLOGIA	50
4.1 A Rede de Museus da UFPE	50
4.2 A Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE na Rede de Museus e no Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro	53
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

A Museologia é um campo interdisciplinar, o que permite envolver em seu arcabouço teórico uma diversidade de temas e perspectivas de pesquisa. Nesta pesquisa os estudos sobre patrimônio, em especial o Patrimônio de Ciência e Tecnologia (PCC&T) serviram de base para a reflexão sobre a classificação de conjuntos de objetos de ciência e tecnologia (C&T). Objetos de C&T incluem:

coleções científicas de todas as áreas do conhecimento (Saúde, Humanidades, Engenharias, Ciências Exatas, Biológicas, Linguagens Artísticas, Comunicação e Informação, etc.), instrumentos científicos de todos os tipos, máquinas e montagens, cadernos de laboratório, cadernos de campo, livros, fotografias, entre outros tipos de documentos, públicos e privados, relacionados aos processos de construção do conhecimento i

Com o propósito de mapear estes objetos de C&T no Brasil, o Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro desenvolvido pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) promoveu um levantamento destes bens culturais em diferentes instituições (universidades, institutos de pesquisa dentre outras). No sentido de facilitar as pesquisas, foi proposta um modelo para classificação de grupos de objetos de C&T (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014).

No contexto pernambucano foram selecionadas 24 instituições (09 escolas de ensino fundamental e médio, 05 instituições de ensino superior, 01 instituto de pesquisa e 09 museus) para a realização do levantamento no período de 2011 a 2014, sendo a maior parte localizadas na capital Recife. O principal critério foi a antiguidade destas instituições, pois acreditava-se que poderiam conter conjuntos de objetos de C&T passíveis de serem incluídos no Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro. Neste levantamento prévio, foi possível delimitar que destas instituições, 06 não contém objetos de C&T de interesse do Projeto. Entre as instituições de ensino superior, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) foi identificada como instituição que possuía objetos, sendo alguns organizados em coleções através de processos de musealização (RIBEIRO, 2015).

A musealização é definida no Dicionário de Museologia como “operação de remover física e conceitualmente um item de seu contexto natural ou cultural original e transformá-lo em um “objeto de museu”, ou trazê-lo para o mundo dos museus”

(MAIRESSE, 2023, p. 333, tradução nossa)¹. Sendo o museu instância reconhecida socialmente como guardião do Patrimônio, este processo pode ser considerado como princípio criador de coleções e museus em instituições que não têm a preservação como atividade fim, como é o caso das universidades (BRULON, 2018; RANGEL, 2015; UNESCO, 2017).

No presente caso, a partir da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE, vamos refletir sobre a classificação de conjuntos de objetos de C&T no âmbito do Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro. Num primeiro momento apresentamos este modelo de classificação, mapeamos a Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE e finalmente analisamos a classificação desta coleção sob o prisma do Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro e da Rede de Museus da UFPE. Afim de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa se apoiou em uma abordagem qualitativa, sendo o estudo de caso o método escolhido para nortear esta pesquisa.

Uma pesquisa qualitativa é caracterizada por ser “dependente de dados qualitativos (palavras, imagens, experiências e observações não quantificadas)” (O’LEARY, 2019, p. 23). Esta abordagem atribui extrema importância à subjetividade, portanto o pesquisador deve administrá-la, adotando estratégias como suspender juízos iniciais e checar a interpretação dos acontecimentos com pessoas ‘de dentro’. Tais cuidados, aliados a técnicas de triangulação² e explicação detalhada do método são essenciais para garantir a credibilidade em estudos qualitativos (O’LEARY, 2019).

Dentre os métodos da tradição qualitativa foi selecionado o estudo de caso, que pode ser definido como “método de estudo de elementos de nosso tecido social mediante descrição e análise abrangentes de só uma situação ou um caso; por exemplo, um estudo detalhado de um indivíduo, cenário, grupo, episódio ou evento” (O’LEARY, 2019, p. 280). Assim, ao analisar profundamente um caso, é possível ao pesquisador maximizar a pertinência e a viabilidade da pesquisa. O estudo de caso permite uma variedade de alternativas para coleta de dados, todas amplamente utilizadas em pesquisas qualitativas. Assim, foi possível compor um quadro em que a pergunta inicial da pesquisa foi respondida.

¹ “Operation of physically and conceptually removing an item from its original natural or cultural context and turning it into a ‘museum object’, or bringing it into the museum world.”

² “Uso de mais de uma fonte de dados para confirmar a autenticidade de cada fonte” (O’LEARY, 2019 p. 191).

A Coleção Científica Paleontológica começou a ser formada a partir de espécimes coletados durante as atividades de campo da antiga Escola de Geologia do Recife, fundada em 1957, vinculada à Universidade do Recife (atual UFPE). Portanto, trata-se de uma coleção que existia previamente à criação da Rede de Museus da UFPE em 2018 (BARRETO *ET AL*, 2012; DUQUE; BARRETO, 2011; SIAL, 2008; UFPE, 2024).

Os pesquisadores que se destacam na formação desta coleção foram Karl Beurlen, Geraldo da Costa Barros Muniz, José Lins Rolim e Maria Somália Sales Viana. Atualmente conta com aproximadamente 10.000 fósseis, que vem sendo constantemente atualizada com a inclusão de novos espécimes e servem como material de estudo para diferentes pesquisas tanto na UFPE como em outras instituições (BARRETO *ET AL*, 2012; DUQUE; BARRETO, 2011; SIAL, 2008; UFPE, 2024).

A Exposição de Fósseis da UFPE surge da iniciativa de dar visibilidade à Coleção Científica Paleontológica. Organizada pelo Laboratório de Paleontologia (PALEOLAB), esta exposição atualmente está localizada no 5º andar do CTG e conta com exemplares da Coleção Científica Paleontológica e também réplicas de fósseis. A prática de montar de exposições paleontológicas faz parte do rol de atividades do geólogo conforme afirma o geólogo Ismar Carvalho “O projeto de uma exposição paleontológica deve contemplar a emoção e a perplexidade do visitante frente aos materiais expostos, possibilitando o aprendizado através da descoberta (CARVALHO, 2010, p.381).

Neste cenário, pode-se observar que a formação de uma coleção paleontológica e a iniciativa de montar uma exposição com peças da coleção tratam-se de atividades meio no campo da Geologia. Não se trata somente de uma acumulação de objetos para fins educacionais, mas também de uma iniciativa de patrimonialização uma vez que “A curadoria das coleções paleontológicas fornece uma identidade patrimonial aos acervos institucionais (CARVALHO, 2010, p. 373)

A patrimonialização pode ser entendida como um processo, como explicado por Davallon (2002), que envolve etapas que vão desde a descoberta do objeto até a obrigação de transmitir esse bem às gerações futuras. No meio do caminho está a pesquisa, que vai possibilitar a certificação da origem deste objeto e a representação do mundo de origem a partir do mesmo. Também faz parte deste processo a

comunicação com a celebração deste achado com a sua exposição, linguagem *lato sensu* relacionada ao museu.

A Museologia como campo interdisciplinar em que os estudos sobre Patrimônio são relevantes oferece uma arena de discussão privilegiada para a patrimonialização. Entre as reflexões de formação de patrimônio, estão os chamados novos patrimônios, como afirma Gonçalves:

Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória. (GONÇALVES, 2005, p. 19)

Nesta perspectiva, a Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE se articula com o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T), uma vez que se trata de patrimônio produzido em instituição de produção de conhecimento científico. O PCC&T é particularmente vulnerável, pois, em geral, está inserido em instituições cuja missão principal não é a preservação patrimonial. Ainda que haja amplo reconhecimento, tanto no campo acadêmico quanto institucional, sobre a importância de sua salvaguarda, diversas pesquisas têm evidenciado a ausência ou fragilidade de políticas públicas específicas voltadas à sua preservação. Segundo Granato, Ribeiro e Araújo (2017), a preservação do PCC&T no Brasil recebe pouca atenção institucional. Vários trabalhos citam a dificuldade em inventariar e preservar esta tipologia de patrimônio, uma vez que estão alocados em sua maior parte em instituições que não possuem vocação, recursos financeiros e pessoal especializado para tal tarefa (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2017; LOURENÇO, 2009; TORRES, 2017).

Neste cenário, iniciativas pontuais de preservação podem ser promovidas por estas instituições. No caso estudado, uma coleção de objetos formada antes da formalização de uma rede de museus na UFPE. Tal iniciativa reflete uma “tendência à musealização”, como explicitada por Bruno Brulon:

É neste sentido que Stránský irá considerar a tendência à musealização como o princípio criador de coleções e museus, e não o contrário. O autor lembra que muitas coleções individuais são verdadeiros “mini-museus” (1995, p. 29), criados dessa vontade à musealização que antecede qualquer tipo de institucionalização museal, mas que deve fazer parte do campo de interesses da pesquisa museológica (BRULON, 2018, p. 30).

Assim, ao centralizar a pesquisa no caso de uma coleção formalizada e a partir desta coleção refletir sobre a classificação de conjuntos de objetos de C&T, estamos contribuindo para a formação de conhecimento no campo da Museologia, além de promover a preservação deste patrimônio. Assim, apesar da pesquisa envolver uma coleção institucional não musealizada, seu arcabouço se justifica dentro do campo da Museologia e articula uma relação interdisciplinar com o campo da Geologia.

A monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo — *Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro – MAST/UNIRIO: Do patrimônio ao PCC&T* — será apresentada a matriz conceitual da pesquisa, com destaque para os fundamentos teóricos que sustentam a valorização do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T).

O segundo capítulo — *Coleção Científica Paleontológica: Da Escola de Geologia de Pernambuco à Rede de Museus da UFPE* — aborda a trajetória da Coleção Científica Paleontológica e da Exposição de Fósseis da UFPE. A partir de levantamentos bibliográficos e arquivísticos, bem como de visitas técnicas para observação direta da coleção e da exposição, foi possível descrever o processo histórico de formação e institucionalização desse acervo.

Por fim, o terceiro capítulo — *Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE: Uma Abordagem no Campo da Museologia* — apresenta uma análise da categorização da coleção no âmbito da Rede de Museus da UFPE e no Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro (MAST/UNIRIO). A abordagem proposta é interdisciplinar, articulando os campos da Geologia e da Museologia, com ênfase nas práticas de salvaguarda, comunicação e institucionalização do patrimônio científico.

Nesse sentido, a pesquisa buscou contribuir para o avanço do conhecimento no campo da Museologia, ao mesmo tempo em que procurou enriquecer as reflexões e ações do Projeto de Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro.

2 PROJETO VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO – MAST/UNIRIO: DO PATRIMÔNIO AO PCC&T

O Patrimônio é um dos eixos centrais de reflexão no campo da Museologia. Este termo polissêmico é amplamente utilizado em outras áreas de conhecimento como Direito, Administração e Economia, remetendo à ideia de uma herança, especialmente a que foi deixada por uma geração anterior. Na Museologia, além de remeter a esta ideia de herança, o termo Patrimônio assume outras significações:

Logo, patrimônio, sendo valor-coisa e aparição, fenômeno historicamente materializável do valor, imbui-se da posição/função de representante deste e de tudo aquilo que na e partir da coisa provoca/produz evocação, encantamento, relação de pertença e indicativo de identidade (BORGES; CAMPOS, 2012, p. 121).

A definição proposta por Borges e Campos agrega camadas de significado ao termo patrimônio, ao incorporá-lo não apenas como objeto ou conjunto de bens materiais e imateriais, mas como elemento que desperta evocação, encantamento, sentimento de pertença e construção de identidade. Trata-se de uma compreensão ampliada, na qual o patrimônio deixa de ser apenas um "bem" a ser preservado e passa a ser entendido como valor atribuído social e culturalmente aos objetos, práticas e narrativas. Essa abordagem — que poderíamos chamar de patrimônio como valor-coisa — permite ir além da materialidade dos acervos e considerar as relações simbólicas, afetivas e históricas que se estabelecem com eles.

Partindo dessa perspectiva, revisitamos os principais termos e conceitos do campo da Museologia e dos estudos patrimoniais, com o intuito de contextualizar e interpretar o caso da Coleção Científica Paleontológica e da Exposição de Fósseis da UFPE. Ao fazer isso, buscamos compreender como essa coleção se constitui como patrimônio científico e cultural, considerando tanto sua trajetória institucional quanto os sentidos atribuídos por diferentes agentes envolvidos em sua preservação, comunicação e musealização.

2.1 Museologia e Patrimônio

A Museologia pode remeter à ideia de ser uma ‘ciência do museu’, porém trata-se de um campo interdisciplinar que possui, entre outros objetivos, o de investigar o processo de “retenção reflexiva, a partir do qual algumas coisas são

mantidas para que possam produzir sentido na forma de conhecimento transmitido pela comunicação museológica" (BRULON, 2018, p. 29). Peter van Mensch (1994) elencou quatro acepções de qual seria o objeto de estudo da Museologia, conforme descrito abaixo:

- a - A museologia como o estudo da finalidade e organização dos museus;
- b - A museologia como o estudo da implementação e integração de um certo conjunto de atividades, visando a preservação e uso da herança cultural e natural:
 - 1. dentro do contexto da instituição museu
 - 2. independente de qualquer instituição
- c - A museologia como o estudo:
 - 1. dos objetos museológicos
 - 2. da musealidade como uma qualidade distintiva dos objetos de museu.
- d - A museologia como o estudo de uma relação específica entre homem e realidade (MENSCH, 1994, p. 3).

Nestas definições fica perceptível tanto que o universo de estudo da Museologia extrapola a instituição museu, como esta é compreendida no senso comum. A relevância dos estudos do Patrimônio para este campo pode ser evidenciada a partir da afirmação de Cristina Bruno (2020) de que a Museologia:

Trata-se de um campo que identifica, articula, manipula, projeta e preserva indicadores de memórias enquadrando-os como referências patrimoniais a partir de caminhos próprios, mas sempre em conexão com outros olhares e diversos campos científicos (BRUNO, 2020, p. 20).

Mais uma vez é apresentada uma definição de objetivo do campo em que o termo Patrimônio é constituinte. Apesar de onipresente, a definição do termo Patrimônio na Museologia não é algo unânime entre os pesquisadores do campo. Smith (2021, p. 141) afirma que "no contexto anglófono, há três definições abrangentes de patrimônio". Para esta pesquisa, apresentamos uma trajetória que pode ser exemplificada pelas Cartas Patrimoniais. As Cartas Patrimoniais podem ser definidas como documentos elaborados com o fim de orientar e uniformizar as práticas em torno da preservação dos bens patrimoniais. Estes documentos podem ser elaborados por instituições ou por pesquisadores que se debruçam sobre esta temática. Ao analisar cronologicamente algumas destas cartas é possível delinear uma trajetória da concepção do termo Patrimônio no campo da Museologia (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018).

A Carta de Atenas de 1931, primeiro documento denominado Carta Patrimonial, foi elaborada pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). A Carta trata do patrimônio edificado das cidades, sobre a importância da

manutenção permanente e com materiais adequados para a conservação das construções consideradas históricas. Assim, nesta carta o termo patrimônio é equivalente a monumento, dando ênfase, portanto ao aspecto material. Esta perspectiva ainda é bastante importante no campo da Museologia, porém outras nuances vão sendo agregadas ao termo patrimônio (CURY, 2004).

A Carta de Veneza de 1964, por exemplo, apesar de também falar sobre o patrimônio edificado, afirma que estes monumentos são testemunhos das tradições de um povo. Ainda temos a intercambialidade dos termos patrimônio/monumento, mas são incorporadas as noções de evocação e identidade ao patrimônio. Já na Carta de Nara de 1994 define como constituintes do patrimônio de um povo suas expressões tangíveis e intangíveis. Finalmente, temos a Convenção para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2003, que afirma “a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio cultural material e natural” (CURY, 2004, p. 372).

Esta breve análise permitiu um panorama sobre como foi sendo construído ao longo do tempo a definição do termo Patrimônio no campo da Museologia. Tal trajetória pode ser resumida na definição para este termo apresentada por Desvalées e Mairesse:

Conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras. O patrimônio é um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades, quando não é feita por particulares (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 74).

Um ponto importante abordado nesta definição é a afirmação da importância da preservação do patrimônio, seja por particulares ou pelas coletividades. No caso ora estudado trata-se de uma coleção localizada em uma universidade pública. Tal instituição não possui como atividade final a preservação de bens culturais, porém é produtora desse patrimônio e possui, portanto, a obrigação ética de preservá-lo. Deste modo, estes bens podem ser reunidos em coleções, termo definido por Pomian (2001, p. 9) como “conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporariamente ou permanentemente fora do circuito das atividades econômicas,

sujeito a proteção especial e exposta à vista em um espaço fechado projetado para esse fim".

Lourenço (2009) afirma que coleções abrigadas em instituições de ensino superior são bastante vulneráveis, de modo que, conforme recomendação da UNESCO (2017):

32. As coleções definidas no Parágrafo 5, quando abrigadas em instituições que não são museus, devem ser protegidas e promovidas, a fim de preservar a coerência e melhor representar a diversidade cultural do patrimônio daqueles países. Os Estados-membros são convidados a cooperar na proteção, na pesquisa e na promoção dessas coleções, assim como na promoção do acesso a elas (UNESCO, .2017, p. 10).

Para esta Recomendação, uma coleção é definida como "um conjunto de propriedades culturais e naturais, tangíveis e intangíveis, passadas e presentes" (UNESCO, .2017, p. 5). Para esta pesquisa, utilizaremos a definição apresentada por Desvalées e Mairesse (2013):

Conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 32).

Estas coleções nas universidades, quando institucionalizadas, são importantes tanto para a popularização da ciência, como para a realização de pesquisas, seja na área de conhecimento onde foi formada a coleção, como em outras áreas, a exemplo da Museologia. Como são concebidas em espaços de produção de conhecimento científico, estas coleções podem ser incorporadas ao PCC&T, tipologia patrimonial ser abordada no próximo tópico deste texto.

2.2 Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia (PCC&T)

Como mencionado no tópico anterior, as coleções das universidades podem compor o PCC&T, tipologia definida mais recentemente como:

(...) legado tangível e intangível relacionado ao conhecimento científico e tecnológico produzido pela humanidade, em todas as áreas do conhecimento, que faz referência às dinâmicas científicas, de desenvolvimento tecnológico e de ensino, e à memória e ação dos indivíduos em espaços de produção de conhecimento científico. Estes bens, em sua historicidade, podem se transformar e, de forma seletiva lhe são

atribuídos valores, significados e sentidos, possibilitando sua emergência como bens de valor cultural (CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017, p. 03).

Por sua natureza, as universidades são uma das principais instituições onde este tipo de patrimônio pode ser produzido. Uma vulnerabilidade do PCC&T, apontada por outros pesquisadores deste tema, é a natureza das atividades das instituições onde este é produzido (universidades, institutos de pesquisa, etc), uma vez que se tratam de instituições onde a atividade fim não é a preservação. Mais relevante ainda é o caso das ciências exatas, onde a percepibilidade ocorre de forma mais rápida, ocorrendo muitas vezes descartes indiscriminados. Sobre este tema, Kuhn (2007) *apud* Araújo e Granato (2017) afirma que:

O sucesso de Picasso não relegou as pinturas de Rembrandt aos porões do museu de arte. As obras-primas do passado próximo e do mais distante desempenham ainda um papel vital na formação do gosto do público e na iniciação de muitos artistas ao seu ofício. Veem-se poucos cientistas nos museus de ciências, cuja única função é, em cada caso, comemorar ou recrutar, e não produzir excelência na profissão. Diversamente da arte, a ciência destrói o seu passado (KUHN, 2007, p.381 *apud* ARAÚJO; GRANATO, 2017, p. 234).

Resultado disso são os vazios documentais em acervos que já estão institucionalizados ou mesmo o fato de que parte desse patrimônio está para ser descoberto. Segundo Ribeiro, Segantini e Granato (2019, p.62) os objetos de C&T “apresentam-se como indícios materiais fundamentais para a compreensão dos projetos de universidade que se sobreponeram e a constituição de campos disciplinares”. A dimensão cultural, o suporte como memória de saberes, de trajetórias institucionais, que estes objetos poderiam proporcionar a seus usuários acaba perdida (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014; CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017; RIBEIRO; SEGANTINI; GRANATO, 2019).

A emergência para a preservação deste patrimônio fez um grupo de pesquisadores se organizarem para a produção de uma carta patrimonial específica para o PCC&T, a Carta do Rio de Janeiro para o Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. Segundo Granato, Ribeiro e Araújo (2018), os objetivos desta carta seriam os seguintes:

- Contribuir para a preservação do PCC&T no Brasil;
- Estimular o debate sobre o PCC&T em instituições de ensino, pesquisa e museus;

- Incentivar a criação de políticas públicas, nos níveis municipal, estadual e federal, para a identificação, preservação e divulgação do Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia;
- Promover uma cultura de preservação dos bens culturais da ciência e da tecnologia, aberta à multiplicidade de olhares, sentidos, significados e valores atribuídos pelos vários grupos formadores do campo científico e tecnológico;
- Promover a cultura científica, realizando, a partir de pesquisas, a disseminação e divulgação do PCC&T. (GRANATO; RIBEIRO; ARAÚJO, 2018, p. 221-22)

Neste sentido, ações educativas de apoio à preservação do PCC&T foram consideradas um dos eixos de trabalho para a divulgação da Carta do Rio de Janeiro e contribuir para mudança do cenário de iminente desaparecimento vislumbrado pelos profissionais que trabalham com este patrimônio. Junto com a divulgação da Carta, ações de promoção de políticas públicas e organização de eventos voltados para o PCC&T formaram os quatro eixos de trabalho pensados pelos grupos de pesquisadores desta área. Assim, poderiam alcançar o objetivo primordial: tirar esses objetos de C&T da obscuridade, promovendo o reconhecimento de valores atribuídos pelos seus usuários que poderiam convertê-los em patrimônio. Outro importante mecanismo para a divulgação e preservação do PCC&T é a realização de pesquisas sobre este tema. Pinheiro e Granato (2012) afirmam que:

A preservação surge como instrumento para essa transmissão e consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem. (PINHEIRO; GRANATO, 2012, p. 31)

Assim, iniciativas como o Projeto de Pesquisa Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro são fundamentais para a promoção e preservação do PCC&T, como iremos abordar no tópico a seguir.

2.3 Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro

O Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro teve como motivação as pesquisas desenvolvidas no MAST com coleções de C&T da

instituição. O MAST é um instituto de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), localizado no Rio de Janeiro – RJ, que tem como missão:

- Realizar pesquisas de História do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Brasileiro;
- Realizar a alfabetização científica em espaços não formais de educação;
- Preservar acervos científicos e tecnológicos e socializá-los por atividades museológicas e acadêmicas (BRASIL, 2021, s/p).

Em 2003, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), foi elaborada uma proposta de Política Nacional de Memória da Ciência e da Tecnologia, iniciativa do governo brasileiro que pode ser apontada como pioneira em atenção à temática do PCC&T. Entre as recomendações para a elaboração desta política estavam o estímulo à pesquisa e a multiplicação de ações para popularização e divulgação dos acervos de C&T. Tendo em vista esta proposta, o MAST passa então a desenvolver pesquisas em parceria com outras instituições, especialmente sobre preservação de acervos de C&T (GRANATO, 2010).

Surgiu assim a iniciativa do Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro em 2010. Este projeto tem como objetivo geral ampliar o conhecimento sobre conjuntos de objetos de C&T, de modo a propiciar uma melhor preservação e um estudo teórico sobre o PCC&T. Com uma metodologia que previa inicialmente quatro anos de pesquisa de campo, de modo a realizar um levantamento do acervo de C&T no país, como primeiros resultados, os pesquisadores identificaram que a maior parte dos objetos anteriores ao século XX se perdeu e os exemplares restantes encontram-se protegidos em museus. Também escolheram dois conjuntos de objetos de C&T (pertencentes ao Observatório do Valongo e ao Colégio Pedro II, ambos do Rio de Janeiro) para aprofundar o estudo sobre a trajetória destes conjuntos de objetos (GRANATO; CÂMARA; MAIA, 2010; GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014).

Também foi realizado no âmbito do Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro um levantamento das legislações brasileiras para proteção do PCC&T. A Constituição Brasileira de 1988, no Artigo 216 inclui entre os bens constituintes do patrimônio cultural brasileiro “as criações científicas, artísticas e tecnológicas” (BRASIL, 1988, s/p), de modo que a proteção deste patrimônio é uma das funções atribuídas ao Ministério da Cultura. O projeto também realizou um estudo das legislações para proteção do PCC&T em outros países como Argentina,

China e Alemanha, como forma de encontrar formas jurídicas que complementassem a legislação brasileira (BRASIL, 1988; CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017, GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014).

O Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro também entre seus objetivos a realização de um levantamento dos conjuntos de objetos de C&T no país. Lourenço e Wilson (2013, p. 476, tradução livre) afirmam que “o patrimônio científico não pode ser preservado, muito menos utilizado, se não soubermos o que existe e onde. Levantamentos são ferramentas essenciais para o futuro planejamento, políticas, gerenciamento e pesquisa de preservação³”. Neste sentido, outras instituições no país também desenvolvem pesquisas no âmbito deste projeto, de modo a contribuir com a criação de um inventário nacional de conjuntos de objetos de C&T. São instituições parceiras no Brasil a UFPE, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o Observatório do Valongo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No exterior são parceiros o Museu de Ciência e Técnica. Universidade de Lisboa (MCUL) e o Centro de Documentação e História da Ciência. Universidad de Valencia, Espanha (BRASIL, 2021; GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, LOURENÇO; WILSON, 2013).

Atualmente o projeto também faz parte dos projetos de pesquisa da Linha 2: Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), de modo que já foram desenvolvidas dissertações e teses em temas de interesse do projeto, dentro de seu objetivo de produzir conhecimento teórico sobre o PCC&T (BRASIL, 2021; UNIRIO, 2024).

O desenvolvimento de pesquisas acadêmicas bem como as visitas para o levantamento dos conjuntos de objetos de C&T possibilitaram verificar diversas situações de guarda destes objetos, que levaram inclusive a uma reflexão da terminologia utilizada para denominá-los, conforme iremos abordar no próximo tópico deste texto.

³ *Scientific heritage cannot be preserved, let alone used, if we do not know what exists and where. Surveys are essential tools for future preservation planning, policies, management and research.*

2.3.1 Proposta de Classificação de Objetos de C&T

Conforme mencionado neste texto uma coleção pode ser definida como a reunião de um conjunto de objetos deliberadamente selecionados e retirados do circuito econômico com o fim de comunicar ou representar determinada realidade. No campo da Museologia o conceito tem bastante importância e articula com o próprio conceito de museu, como bem afirma Scheiner:

Eis a força simbólica do museu tradicional, cuja base conceitual é o objeto, articulado sob a forma de coleções. Essencialmente dependente da cultura material, o Museu Tradicional se estrutura a partir do objeto: sem objetos, não há coleção, não há museu. (SCHEINER, 2015, p. 31)

Desde sua concepção, o Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro não previa a identificação unitária de objetos, mas de conjuntos de objetos de C&T que fossem organizados em coleções nas instituições. Ribeiro (2013) descreve assim as visitas de campo do projeto:

Em grandes linhas, podemos descrever este tipo de visita e identificação das coleções nas seguintes ações:

- 1) É feito o contato com o responsável institucional pela unidade administrativa que agrupa os laboratórios; entrega-se um documento institucional apresentando o projeto e a ficha a ser preenchida, explica-se o objetivo do projeto e se procura sensibilizar o gestor para que este franqueie o contato com os responsáveis diretos pelos acervos, chamando atenção para a situação de perda iminente dos acervos de ciência e tecnologia no país.
- 2) É feito o contato com o responsável direto pelos laboratórios em questão e novamente se repete a argumentação sensibilizadora. Como resultado desta etapa, ou o próprio responsável agenda uma visita para uma data posterior ou transfere a responsabilidade para um pesquisador mais antigo no setor e que gosta mais dessas coisas antigas (termos que ouvimos diversas vezes nas atividades de campo).
- 3) Realiza-se a visita nos laboratórios em questão, onde são apresentados equipamentos e instrumentos os mais diversos possíveis, dispersos em ambientes distintos e em graus variáveis de conservação e condições de uso. Invariavelmente o responsável lembra-se de que muitas outras peças, que poderiam interessar a esta pesquisa, já foram entregues para os setores do tombamento ou do almoxarifado, por estarem inservíveis. Em cada visita, o responsável pelo cadastramento do acervo discute, com o responsável pelo laboratório, os itens da ficha que vai ser preenchida, toma notas, faz fotografias e vai embora.
- 4) A ficha definitiva é preenchida a posteriori e depois entrega-se cópia para o responsável institucional e em alguns casos, para o responsável direto pelo acervo (RIBEIRO, 2013, p. 02-03).

Ao realizar as visitas de campo às instituições, os pesquisadores foram confrontados com situações que levaram à reflexão do conceito de coleção para fins de aplicação no projeto de pesquisa:

Muitas vezes, o uso do termo “coleções” é inadequado, pois o grupo de objetos não está submetido a todas as etapas que caracterizam uma coleção. Até mesmo a atribuição de coleção museológica a alguns dos conjuntos encontrados em “museus” é bastante questionável (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p. 23).

Como mencionado no tópico anterior, os pesquisadores realizaram levantamentos sobre a legislação brasileira sobre o tema da preservação do PCC&T, de modo que o Estatuto dos Museus (Lei nº 11.094, de 14 jan. 2009) e o Decreto-Lei no 8.124 de 17 out. 2013 foram analisados especialmente no tocante às definições legais para os bens patrimoniais. Assim, foram analisadas as definições de Museu, Bens Culturais e Coleção Visitável presentes nestas legislações de modo a nortear uma categorização dos conjuntos de C&T localizados no âmbito da pesquisa (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014).

Tal iniciativa pode ser também explicada devido ao fato do PCC&T no momento inicial da criação do Projeto Valorização do Patrimônio Cultural e Científico Brasileiro (2010), não possuir uma legislação específica para salvaguarda, ou mesmo uma Carta Patrimonial. Na Carta do Rio de Janeiro sobre o Patrimônio Cultural da Ciência e Tecnologia de 2017 em seu preâmbulo traz essas considerações, ao mencionar a Constituição Federal e outras Cartas Patrimoniais que mencionam bens de natureza científica como bens patrimoniais, além da inexistência de Livros de Tombo específicos para o PCC&T no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017; GRANATO, 2013; GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014).

Os pesquisadores também investigaram exemplos internacionais de categorizações de conjuntos de objetos. Granato, Maia e Santos (2014) citam o sistema de classificação elaborado para a Universidade de Lisboa, em Portugal. Este trabalho foi coordenado por Marta Lourenço e envolvia duas variáveis: Categoria e Classe. Categoria definindo os bens patrimoniais inventariados como Coleção, Objeto singular, Museus e Edificação. Já Classe referindo-se ao estado em que as coleções se encontram inventariadas, conforme apontado a seguir:

Classe I – Coleção por catalogar e inacessível fisicamente;
Classe II – Coleção por catalogar e acessível fisicamente;
Classe III – Coleção catalogada e acessível fisicamente;
Classe IV – Catalogada, acessível fisicamente e com standards de conservação (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p. 27).

Assim, a partir da análise da situação das coleções localizadas no levantamento das atividades de campo no âmbito do Projeto Valorização do Patrimônio Científico, das fichas preenchidas para a documentação destes conjuntos, da legislação brasileira e dos exemplos de outros de legislação e categorizações de outros países, foi elaborada a proposta apresentada no Quadro 01 abaixo:

Quadro 1: Proposta de Classificação de conjuntos de objetos de C&T

Denominação	Características
Grupo de objetos de C&T não visitável	Objetos de C&T não organizados, que podem ter valor cultural e não passaram por qualquer procedimento de documentação, conservação, pesquisa ou exposição. Encontram-se inacessíveis ao público, podendo estar mesmo abandonados.
Grupo de objetos de C&T visitável	Objetos deliberadamente agrupados por serem considerados valiosos para cultura científica e tecnológica com mínima organização, expostos ou acessíveis ao público, mesmo que apenas sob marcação de visita.
Coleção visitável	Objetos que possuem tratamento especial, a começar por terem sido deliberadamente agrupados por serem considerados valiosos para cultura científica e tecnológica; submetidos a uma ou mais atividades museológicas visando sua preservação, incluindo listagem e/ou inventário e/ou organização em local adequado para sua preservação e/ou são utilizados em estudos e pesquisas; expostos ou acessíveis ao público, mesmo que apenas sob marcação de visita. Não estão inseridos em instituições denominados museus, de acordo com o estatuto dos museus (2009).
Coleção musealizada	Objetos deliberadamente agrupados por serem considerados valiosos para a cultura científica e tecnológica; sob guarda de um museu e submetidos a todas as etapas da musealização, que incluem produção de inventário, pesquisa, documentação, exposição, conservação; e efetivamente enquadrados na definição de “bens culturais musealizados” (Item II, artigo 2º, Decreto-Lei 8 124, de 17 de outubro de 2013)

Fonte: GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p. 28

Ao analisar esta proposta de classificação citada acima, percebe-se que o critério que diferencia um grupo de objetos visitável de uma coleção visitável é a realização de procedimentos museológicos. Porém, numa realidade universitária, onde muitas vezes nem todas as instituições ali alocadas que se denominam museus conseguem a contento realizar tais procedimentos, uma vez que esta não é “meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 57), os limites que diferenciam museus das chamadas coleções científicas visitáveis na UFPE parecem tênues. Portanto, nos próximos capítulos apresentaremos a Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE, bem como a Rede de Museu da UFPE.

3 COLEÇÃO CIENTÍFICA PALEONTOLÓGICA: DA ESCOLA DE GEOLOGIA DE PERNAMBUCO À REDE DE MUSEUS DA UFPE

Segundo Bruno Araújo (2015, p. 140) “as coleções de objetos científicos e de ensino da UFPE remontam à época de criação das respectivas escolas e faculdades, e que hoje se encontram dispersos nos centros e departamentos, sucessores dos antigos espaços”. Deste modo, ao analisar a trajetória da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE, falamos também da sua instituição de origem: a Escola de Geologia do Recife, fundada em 1957. Esta escola foi incorporada a Universidade do Recife, precursora da UFPE e atualmente pertence ao Centro de Tecnologia e Geociências (CTG) da UFPE.

Com a criação da Rede de Museus da UFPE em 2018, esta coleção passa a pertencer a esta rede que tem por objetivo “promover a cooperação e a articulação entre os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE, visando uma gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos” (UFPE, 2022, p. 39).

Assim, nesta seção apresentamos a Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE, partindo da sua instituição originária até sua incorporação à Rede de Museus da UFPE.

3.1 Breve Contexto da Geologia no Brasil

A Escola de Geologia do Recife foi inaugurada em 1957, juntamente com as primeiras escolas de Geologia do Brasil (Ouro Preto, Porto Alegre e São Paulo). Tal evento recente não implica na inexistência de escolas ou outras instituições relacionadas às Geociências⁴ no país, em especial se for considerada a experiência com a intensa exploração mineradora desde o século XVII. Nos primeiros séculos de ocupação das terras que viriam a ser o Brasil, houve uma intensa exploração extrativista do território, sendo a exploração de ouro e diamantes da região das minas (correspondente a áreas nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso) marcante entre o final do século XVII e a primeira metade do século XIX (CORDANI, ET AL, 2018; VALE; HERRMANN, 2002).

⁴ Cada uma das ciências relacionadas com o estudo da Terra, como geologia, mineralogia, geofísica, geografia, pedologia, sismologia, cristalografia, gemologia, estratigrafia, petrologia etc.

Entre os anos de 1808 e 1821, o geólogo alemão Wilhelm Ludwig von Eschwege realizou diversas explorações científicas no Brasil. Fruto dessas expedições, foi publicada em 1833 a obra *Pluto Brasiliensis* (Riqueza do Brasil), que pode ser considerada a primeira peça científica sobre as formações geológicas do Brasil. Durante o tempo em que ficou no país, Von Eschwege atuou como intendente das Minas e curador do Real Gabinete de Mineralogia. Além disso, foi encarregado do ensino das ciências da engenharia aos futuros oficiais do exército e de técnicas avançadas de extração mineral aos mineiros (CORDANI, ET AL, 2018).

Em 1871, em resposta ao franco esgotamento das reservas minerais da região das minas, Dom Pedro II, então imperador do Brasil, realizou uma viagem à França, com o objetivo de coletar informações de como aproveitar o potencial mineral brasileiro. Retornou ao país com o intuito de promover o ensino da Geologia e da confecção da carta geológica do território nacional. Assim, em 1875, foi criada a Comissão Geológica do Império, com ênfase no estudo da Geologia e da Paleontologia e das minas brasileiras. Esta comissão foi chefiada inicialmente pelo geólogo canadense Charles Frederick Hartt. Um de seus assistentes, o geólogo norte-americano Orville Adalbert Derby é considerado o pai da Geologia no Brasil, por sua relevante produção acadêmica e serviços prestados à Comissão Geológica do Império e ao Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (ALKMIM; MENEZES, 2008; CORDANI, ET AL, 2018).

Também foi viabilizada por Dom Pedro II, durante a viagem a Paris de 1871, a contratação do naturalista e geólogo francês Claude Henri Gorceix para vir ao Brasil e se incumbir da criação de uma escola superior de Mineralogia, Geologia, mineração e metalurgia, segundo o modelo de escolas de montanhística da Europa. Após várias viagens de Gorceix pelo Brasil para escolha do local de instalação da escola, foi finalmente fundada a Escola de Minas em Ouro Preto. Alkmim e Menezes (2008, p. 172) afirmam que “foi em Ouro Preto, então capital da Província de Minas Gerais, que, em 12 de outubro de 1876, foi inaugurada a Escola de Minas com a finalidade de promover o ensino de Mineralogia, Geologia e das artes da mineração e da metalurgia”. Os autores afirmam ainda que da data de sua fundação até 1960 (ano de formatura da primeira turma de Geologia na Escola de Minas de Ouro Preto) graduaram-se 827 engenheiros e que, dentre eles, 123 tenham atuado profissionalmente como geólogos. Vale salientar que boa parte desses engenheiros geólogos não conseguiam ser absorvidos pelo mercado ou pelo governo. (ALKMIM;

MENEZES, 2008; CORDANI, *ET AL*, 2018; PEYERL; FIGUEIRÔA, 2011; SIAL, 2008).

Este cenário começa a se alterar no início do século XX, com a ampliação de instituições em que os conhecimentos em Geologia foram fundamentais: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907), Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (1934), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Companhia Vale do Rio Doce (1942) e Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS (1953), além da criação das primeiras universidades do país no anos 1930. Este incremento de órgãos voltados para a exploração mineral pode ser explicado pela mudança de matriz energética do Brasil nos anos 1920 com a introdução de fontes de energia fósseis (carvão mineral e petróleo). Neste sentido, a formação especializada em Geologia se tornou urgente, em especial para a exploração do petróleo, considerado estratégico, principalmente após a I Guerra Mundial (1914 – 1918), em que o carvão foi substituído pelo petróleo (CORDANI, *ET AL*, 2018; PEYERL; FIGUEIRÔA, 2011; SANTANA, 2022).

O aumento dos órgãos referentes à exploração mineral evidencia a política nacionalista brasileira, que acreditava no potencial energético do país, porém carecia de profissionais especializados. A criação da PETROBRÁS em 1953 elevou uma necessidade percebida desde o século XIX e ainda não atendida: a formação superior especializada em Geologia. A criação das primeiras escolas de Geologia do Brasil (Ouro Preto, Porto Alegre, Recife e São Paulo) foi possibilitada graças à instituição da Campanha de Formação de Geólogos (CAGE), conforme o Decreto nº 40.783, de 18 de Janeiro de 1957. A CAGE tinha por objetivo assegurar a existência de um corpo técnico especializado em Geologia no Brasil. A profissão do geólogo foi rapidamente regulamentada, com a Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962 (BRASIL, 1957; 1962; CORDANI, *ET AL*, 2018; SIAL, 2008).

Em consonância com a proposta de governo do então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek (1956-1961), de realizar um incremento na indústria nacional, com investimentos na área tecnológica, a CAGE tinha por objetivos:

- I - promover o estudo das necessidades do País, no setor da geologia, articulada, ou não, com outros órgãos públicos, paraestatais ou privados;
- II - promover a criação e o regular funcionamento de cursos destinados à formação de geólogos;
- III - articular, em cooperação com instituições públicas ou privadas, os recursos existentes, para oferecer oportunidades adequadas à formação e à

especialização de profissionais, no setor de geologia, ou realizar êsse programa, diretamente;
 IV - colaborar com programas correlatos, empreendidos por outros órgãos, oficiais ou privados;
 V - promover a expansão dos estudos de geologia, em geral (BRASIL, 1957).

A escolha dos locais para sediar as primeiras escolas obedeceu a critérios de aproveitar estruturas ou profissionais já existentes. Em Pernambuco, por exemplo, a Escola de Química de Pernambuco já desenvolvia pesquisas na área de mineralogia e estudo dos solos desde os anos 1920. O professor de química, Paulo José Duarte, notável por suas pesquisas sobre fosforita, foi o primeiro diretor da Escola de Geologia do Recife e um de seus idealizadores junto à CAGE, conforme será detalhado no tópico a seguir (SANTANA, 2022; SIAL, 2008).

3.2 A Escola de Geologia do Recife

A tarefa de investigar a trajetória da UFPE e de suas instituições originárias apresenta-se como um desafio aos pesquisadores, devido principalmente a ausência de um arquivo organizado na própria instituição, conforme já apontado por Bernardes e Pereira:

Escrever sobre a memória da UR [Universidade do Recife] foi uma tarefa surpreendente. Primeiro porque não se espera ter as dificuldades que foram encontradas, em uma instituição federal de ensino superior, onde a pesquisa é tão valorizada, deveríamos encontrar no mínimo um arquivo que guarde a própria documentação em boas condições. Não foi o que aconteceu, partimos então para alternativas, como a busca de periódicos e outros acervos, sendo a busca por iconografia a tarefa mais difícil (BERNARDES; PEREIRA, 2011, p. 12).

Vale salientar que tais dificuldades foram parcialmente sanadas com a digitalização de documentos institucionais, fotografias da Assessoria de Comunicação (ASCOM) e do Jornal Universitário da UFPE, disponibilizados no site da UFPE, em especial no Repositório Digital da UFPE (ATTENA), que se converteu em uma importante fonte de pesquisa sobre a universidade. Deste modo, foram localizados registros iconográficos da Escola de Geologia e de outras instituições relacionadas, apresentados ao longo deste texto.

Como informado anteriormente, a Escola de Geologia do Recife foi inaugurada em 1957. Inicialmente, a escola funcionava na Rua do Hospício, nº 415, no bairro da Boa Vista, como boa parte das escolas que viriam a compor a

Universidade do Recife (instituição que deu origem a UFPE). Na Figura 01 abaixo, uma fotografia da fachada do prédio da Rua do Hospício, onde a escola funcionou até 1965 (BERNARDES; PEREIRA, 2011; SIAL, 2008):

Figura 01: Fotografia da Escola de Geologia da Universidade do Recife (1957-1965?).



Fonte da imagem: SIAL, 2008, p. 200

O principal articulador do projeto para a fundação da Escola de Geologia de Recife foi o professor Paulo José Duarte, com o apoio do reitor da Universidade do Recife Joaquim Amazonas. Sobre este projeto, Sial (2008) afirmou que:

O programa proposto tinha algo de fascinante e pioneiro no Brasil. Tratava-se de fundar curso superior em Geologia de padrão e qualidade irretocáveis, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, num ambiente integrado de ensino e pesquisa (SIAL, 2008, p. 196).

Diferente de outras escolas da época não se exigia dos alunos duas provas anuais, mas atividades teóricas e práticas, como relatórios de visitas de campo, atividades laboratoriais e apresentação de seminários. Como trabalho final era exigida uma tese e por fim, ainda era aplicada uma prova final abrangendo o conteúdo de cinco cadeiras dos quatro anos de curso. Em 1961, formaram-se os primeiros geólogos da Escola, uma turma com 33 alunos. (COLARÁ GRAU..., 1961; DOMINGO A FORMATURA..., 1961).

Durante as visitas de campo foram coletados fósseis, minerais, rochas, amostras de solo entre outros materiais de interesse da Geologia. Estes materiais foram então preparados e armazenados para ser utilizados nas atividades laboratoriais e nas aulas da escola, além de ser cedidos para outras instituições, a exemplo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. O professor Karl Beurlen, catedrático das cadeiras de Paleontologia e Estratigrafia, por exemplo começou em

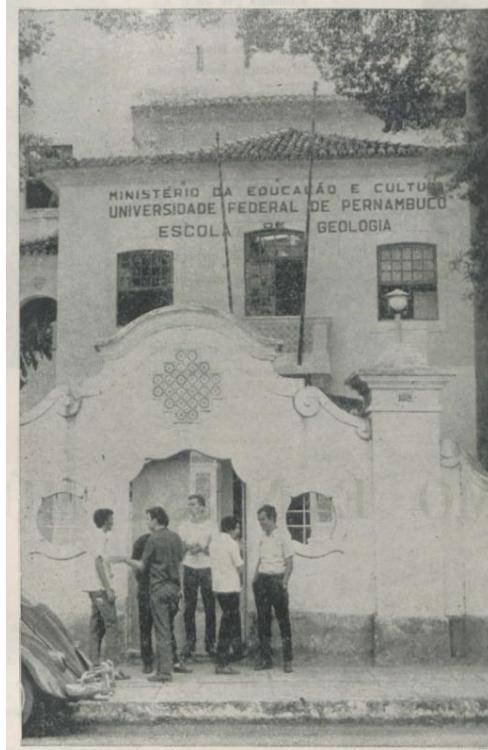
1957 a coletar fósseis junto aos alunos durante as visitas de campo e excursões didáticas pelo nordeste brasileiro. Assim, em 1959, foi criado o Museu de Paleontologia da Escola de Geologia, cujo acervo contava com a mais completa coleção do cretáceo do nordeste, com cerca de 10.000 exemplares de fósseis, sendo 1.500 catalogados (ANJOS, 1963b; CIENTISTAS VÃO ESTUDAR..., 1962; PÁSSARO, HESSEL, NOGUEIRA NETO, 2014).

Apesar da participação da Universidade do Recife no projeto, inclusive com a participação de vários professores da Universidade, a Escola de Geologia era vinculada diretamente à CAGE. Deste modo, em 1961, mesmo ano da formatura da primeira turma, a CAGE propôs a transferência da Escola de Geologia para o Paraná. Após vários apelos de alunos e professores da Escola, a questão chegou ao Senado e a transferência foi vetada. Porém, a Escola de Geologia do Recife ficou em situação delicada, com a diminuição e atraso dos repasses de verbas de manutenção pela CAGE. Em 1963, a Escola foi obrigada a fechar as portas e cancelar as excursões didáticas por falta de recursos (ANJOS, 1963a; CASO DA ESCOLA DE GEOLOGIA..., 1961; DEPUTADO MINEIRO IMPEDIU..., 1963; FERNANDES, 1961; UMA ESCOLA NECESSÁRIA, 1963).

Diante desta situação caótica, foram intensificadas as campanhas, inclusive com participação de governadores de outros estados da região Norte e Nordeste, uma vez que a Escola de Geologia do Recife era a única dessas duas regiões. Finalmente em 1965, a Escola de Geologia foi incorporada oficialmente pela Universidade do Recife, conforme Lei nº 4.618, de 15 de abril de 1965, que trata da incorporação das três escolas de Geologia vinculadas à CAGE (Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre) às Universidades do Brasil, do Recife e Rio Grande do Sul, bem como da extinção da CAGE pelo Ministério da Educação e Cultura (AGRAVOU-SE A SITUAÇÃO..., 1964; BRASIL, 1965; ESCOLA DE GEOLOGIA..., 1965).

Em julho de 1965, a Escola de Geologia muda de endereço, passando a funcionar na Rua Dom Bosco, 1002, no bairro da Boa Vista. Neste endereço havia funcionado a Escola de Química de Pernambuco (de 1947 a 1964), quando esta foi transferida para o novo prédio no Campus da Universidade do Recife no Engenho do Meio (atual Campus Joaquim Amazonas da UFPE) em janeiro de 1965. Na Figura 2 abaixo, fotografia da frente da Escola de Geologia em 1967, quando houve a comemoração de 10 anos de criação da escola (ESCOLA DE GEOLOGIA..., 1968; SANTANA, 2022; UNIVERSIDADE DO RECIFE..., 1965).

Figura 02: Fotografia do Prédio da Escola de Geologia (1967), na Rua Dom Bosco, 1002, Boa Vista



Fonte da imagem: ESCOLA DE GEOLOGIA..., 1968, p. 5

Com a Reforma Universitária de 1968, a Escola de Geologia, o Instituto de Geologia e o Instituto de Ciências da Terra (criados em 1964) foram unificados para formar o Instituto de Geociências (posteriormente Departamento de Geologia e Paleontologia e, atualmente, Departamento de Geologia). Esta unificação não se deu de forma pacífica. O Diretório Acadêmico de Geologia iniciou uma intensa campanha, em que convidou deputados para realizar visita à Escola de Geologia em busca de apoio contra a extinção da Escola, além de promover uma greve estudantil. (ALUNOS DE GEOLOGIA REAGEM..., 1968; BARRETO; OLIVEIRA; LIMA FILHO, 2016; COMISSÃO DE DEPUTADOS..., 1968; COMO FUNCIONA..., 1968; INICIADA ONTEM..., 1968; ; PALEONTOLOGIA INAUGURA..., 1968; SIAL, 2008).

Outra atividade promovida pelos estudantes foi a abertura de exposição com equipamentos de laboratório da Escola, convidando a sociedade para conhecê-la e entender a relevância da Escola e da campanha promovida. A escolha da exposição em detrimento de outras linguagens para compor o discurso comunicativo entre estudantes de Geologia e a sociedade reflete o importante papel social e político que o museu já possuía naquele contexto. A exposição é o principal produto

comunicacional do museu e no início do século XX, o modelo conceitual tradicional, centrado no objeto era amplamente reconhecido socialmente. (CAUNE, 2012; (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013; DIRETOR DO INST. DE GEOCIÊNCIAS..., 1968).

A ressalva com a Reforma Universitária era compartilhada entre os docentes da Escola, conforme declaração do diretor da Escola de Geologia:

Explicou o prof. Adalberto Canha que “a criação do Instituto de Geociências implica no desaparecimento da estrutura profissional do Curso de Geologia e das suas pesquisas aplicadas, uma vez que essas funções, de acordo com a alínea II, do artigo 2º do decreto 53/66 (que fixa normas para a reestruturação) são exclusivas de Unidades Próprias, o que a Escola de Geologia deixaria de ser” (DIRETOR DA ESCOLA..., 1968, p. 03)

Porém, o movimento grevista dos alunos não teve o apoio formal da Direção da Escola. Foi necessária a intervenção do diretor da Faculdade de Direito, professor Mario Batista para que a greve fosse cancelada, pois, segundo este professor, a greve enfraqueceria a campanha jurídica em andamento pela manutenção da Escola. Havia uma movimentação entre as escolas, pois a Reforma Universitária implicava em perda de autonomia administrativa em prol de uma estrutura administrativa central (ALUNOS DE GEOLOGIA ATENDEM..., 1968; DIRETOR DO INST. DE GEOCIÊNCIAS..., 1968; SUCUPIRA: CURSO DE GEOLOGIA..., 1968).

A campanha contra a Reforma promovida pelos estudantes Escola de Geologia alcançou a visibilidade até o Ministério da Educação. O Professor Newton Sucupira, presidente da Câmara Alta do Conselho Federal de Educação (instância do Ministério da Educação responsável pela Reforma Universitária) deu a seguinte declaração à imprensa sobre este tema: “Não há nenhum fundamento que justifique o movimento dos estudantes de Geologia contra o Instituto de Geociências, porque a criação dessa nova unidade não afeta em nada o caráter profissional do curso de Geologia” (MUDANÇA EM GEOLOGIA..., 1968, p 07).

A administração central da universidade, por sua vez fez também intensa campanha para pacificar a Reforma Universitária, uma vez que se tratava de uma imposição do Ministério da Educação. Apesar da batalha jurídica, o mandado de segurança foi negado pela justiça e houve a extinção da Escola de Geologia, com sua incorporação ao Instituto de Geociências em 1968 (ASSEMBLEIA DECIDE..., 1968; INSTITUTOS ESPECIALIZADOS..., 1971; JUIZ CONCEDE..., 1968; NEWTON

SUCUPIRA..., 1968; UFPE, 1968). Conforme relatório de atividades de 1970, publicado em 1971:

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Em boa hora terminada a velha demanda - Escola de Geologia -Instituto de Geociências - num concerto de interesses altamente honroso para a UFPe., estabilizou-se a vida dessa Unidade que entrou num ritmo de trabalho deveras apreciável (INSTITUTOS ESPECIALIZADOS..., 1971, p. 10).

Em 1970, com a Escola já incorporada ao Instituto de Geociências, esta passa a ocupar o atual local do Departamento de Geologia: o quinto andar do prédio do CTG, além de algumas salas do andar térreo. Compreender as mudanças físicas e administrativas da Escola de Geologia fornecem subsídios para compreender a trajetória da Coleção Científica Paleontológica, desde a sua formação já nos primeiros anos de existência da Escola, bem como da Exposição de Fósseis do PALEOLAB, no início dos anos 2000, ou seja, bem antes de sua incorporação à Rede de Museus da UFPE.

3.3 Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE

A Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE foram cadastradas como integrantes da Rede de Museus em 2019, quando foi inscrita no Edital 04/2019 da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) para “habilitar e reconhecer institucionalmente os museus, as coleções científicas visitáveis e as galerias de arte da Universidade Federal de Pernambuco, denominados de MCVGA, como Programa de Extensão Universitária” (UFPE, 2019, p.01). A Coleção e Exposição são vinculadas ao PALEOLAB do Departamento de Geologia da UFPE.

Apesar de estar cadastradas em conjunto na Rede de Museus, os dois espaços possuem finalidades diferentes, segundo seus organizadores. A Coleção Científica Paleontológica possui um caráter voltado ao ensino e pesquisa, portanto possui acesso restrito para pesquisadores da área da Paleontologia. Já a Exposição de Fósseis da UFPE da UFPE trata-se de uma atividade de extensão para popularização da ciência. Em entrevista coletada para esta pesquisa, os atuais responsáveis pelo PALEOLAB, afirmaram que como não havia uma modalidade para exposição no Edital 04/2019, foi realizada a inscrição conjunta da coleção e exposição.

A Coleção Científica Paleontológica apresenta como marco inicial o acervo do museu criado pelo professor Karl Beurlen em 1959, conforme mencionado no tópico anterior. Além dos professores relacionados à Escola de Geologia, também as atividades desenvolvidas pelo Instituto de Geologia e Instituto de Ciências da Terra (que foram reunidos com a Escola de Geologia para formar o Instituto de Geociências, que originou o atual Departamento de Geologia) consistiam em visitas de campo com o recolhimento de amostras. Assim, os professores responsáveis pelas atividades formavam também suas coleções, de modo que existiam diversas em formação nestas três instituições (ANJOS, 1963b; CIENTISTAS VÃO ESTUDAR..., 1962; COMO FUNCIONA..., 1968; INSTITUTOS ESPECIALIZADOS..., 1971; PÁSSARO, HESSEL, NOGUEIRA NETO, 2014; PALEONTOLOGIA INAUGURA..., 1968).

Os principais pesquisadores mencionados por sua contribuição à formação da coleção são Karl Beurlen da Escola de Geologia (1959) e Geraldo Muniz, do Instituto de Ciências da Terra (1968). Ambos estudavam principalmente invertebrados marinhos. Ao longo da existência do curso de Geologia destacaram-se outros professores que também formaram coleções de fósseis em suas determinadas áreas de pesquisa, como por exemplo José Lins Rolim, do Instituto de Ciências da Terra (1968) (mamíferos do Pleistoceno⁵), Ivan de Medeiros Tinoco, da Escola de Geologia (1962) (Micropaleontologia) e Maria Somália Sales Viana, do Departamento de Geologia (1997 a 2003) (vertebrados do Cretáceo⁶). A relevância da contribuição destes pesquisadores é que estes respondem por amostras que foram selecionadas como material-tipo, ou seja, os espécimes que serviram de base para o estabelecimento de táxons da categoria de espécie. Os professores Beurlen e Muniz coletaram 90% das amostras identificadas como material-tipo da atual Coleção Científica Paleontológica. O último catálogo da coleção foi publicado em 2014 afirma que há no acervo 400 fósseis identificados como material-tipo, porém na entrevista concedida, os responsáveis pela Coleção afirmam que este número atualmente ultrapassa 500 exemplares, uma vez que a coleção ainda está aberta

⁵ O Pleistoceno é uma época geológica do período Quaternário, que ocorreu aproximadamente entre 2,6 milhões e 11,7 mil anos atrás, caracterizada por ciclos de glaciações repetidas, também conhecidas como Idades do Gelo. Foi um período de grande diversidade de mamíferos gigantes, a megafauna, incluindo mamutes, mastodontes e outros.

⁶ Cretáceo foi o último período da Era Mesozoica, abrangendo cerca de 79 milhões de anos, entre 145 e 66 milhões de anos atrás. Foi marcado por eventos como a fragmentação da Gondwana, a ascensão de peixes modernos e a aparição de mesossauros. O Cretáceo também viu a extinção massiva dos dinossauros, causada provavelmente por um impacto de um asteroide ou cometa.

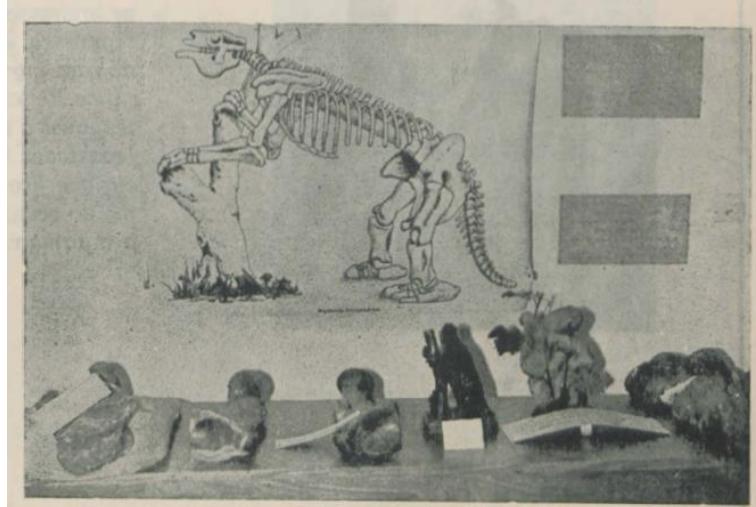
BARRETO, ET AL, 2014; BUCKUP, 2011; DUQUE; BARRETO, 2011; SIAL, 2008; UFPE, 2024).

O Instituto de Ciências da Terra, por exemplo, era vinculado à Faculdade de Filosofia e possuía duas divisões: Ciências Geográficas e Ciências Geológicas. Em 1968, este instituto era dirigido pelo professor Geraldo Muniz. Em março de 1968, com a inauguração das instalações para pesquisa e ensino em Paleontologia foi realizada uma Exposição de Fósseis (INSTITUTO INAUGURA..., 1968; PALEONTOLOGIA INAUGURA..., 1968). As instalações ocupavam o 6º andar da Faculdade de Filosofia (atual prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas CFCH-UFPE) e contava com a seguinte estrutura:

As novas instalações do Instituto de Ciências da Terra, constam de cinco gabinetes de pesquisas, uma sala especial para preparação de vertebrados fósseis, uma sala especial para aulas práticas, outra para aulas teóricas equipada com projetor cinematográfico sonoro e projetor com capacidade para 80 slides com telecontrole, uma sala para fotografia, salas para bolsistas e estagiários, bem como, depósitos para rochas fossilíferas, sala de reuniões, além de secretaria, almoxarifado, etc (PALEONTOLOGIA INAUGURA..., 1968, p. 5).

Apesar de divulgada em jornal de grande circulação e no Jornal Universitário da UFPE, esta exposição só foi aberta ao público por algumas horas do dia 06 de março de 1968 (das 18 às 20 horas), uma vez que, segundo o Prof. Geraldo Muniz “as atuais condições de proteção e guarda de restos fósseis não permitiram, ainda, a realização de uma exposição ao público, mais prolongada como seria de se desejar” (INSTITUTO INAUGURA..., 1968, p. 7). Assim, esta exposição era voltada para os alunos dos cursos de Geologia, História Natural e Ciências Geográficas da universidade, além de alunos do curso científico (correspondente ao atual Ensino Médio) para atrair o interesse pela pesquisa em Paleontologia (INSTITUTO INAUGURA..., 1968; PALEONTOLOGIA INAUGURA..., 1968). Nas Figuras 03 e 04 abaixo, imagens da Exposição e de parte do acervo da Exposição de Fósseis do Instituto de Ciências da Terra.

Figura 03: Fotografia da Exposição de Fósseis (1968), no prédio do Instituto de Ciências da Terra



Fonte da imagem: PALEONTOLOGIA INAUGURA..., 1968, p. 5

Figura 04: Fotografia do Professor José Lins Rolim, da equipe do Instituto de Ciências da Terra, tendo ao lado fêmur de megatérlo montado sobre a tíbia



Fonte da imagem: PALEONTOLOGIA INAUGURA..., 1968, p. 5

Como mencionado anteriormente, o Instituto de Ciências da Terra foi incorporado ao Instituto de Geociências e em 1970, esta estrutura foi transferida para o 5º andar do prédio escolar do CTG. Os atuais responsáveis pelos espaços

afirmam que parte do acervo, em especial o de rochas fossilíferas foi transferido anos depois para o térreo do prédio escolar do CTG, uma vez que o peso poderia comprometer a estrutura do prédio. Assim, até o final dos anos 1990, a coleção estava dispersa em diferentes espaços, além de estar vinculada aos diferentes professores de disciplinas como estratigrafia e paleontologia. Os atuais responsáveis pelo PALEOLAB tiveram a iniciativa de reunir as coleções dos professores em uma única coleção, surgindo assim no início dos anos 2000 a Coleção Científica Paleontológica.

Em 2011, com recursos oriundos da PETROBRÁS, foi inaugurado um espaço para abrigar toda a coleção. Este prédio térreo, pertencente ao PALEOLAB, foi construído na área do CTG e conta com laboratório para preparação das amostras, além de armários para armazenagem do acervo. Este espaço não está incluído na visita a Exposição de Fósseis, de modo que o acesso é liberado somente para pesquisadores de Paleontologia. As Figuras 05 e 06 apresentam imagens do prédio do PALEOLAB onde está depositada a coleção.

Figura 05: Fotografia da Sala de preparação das amostras



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

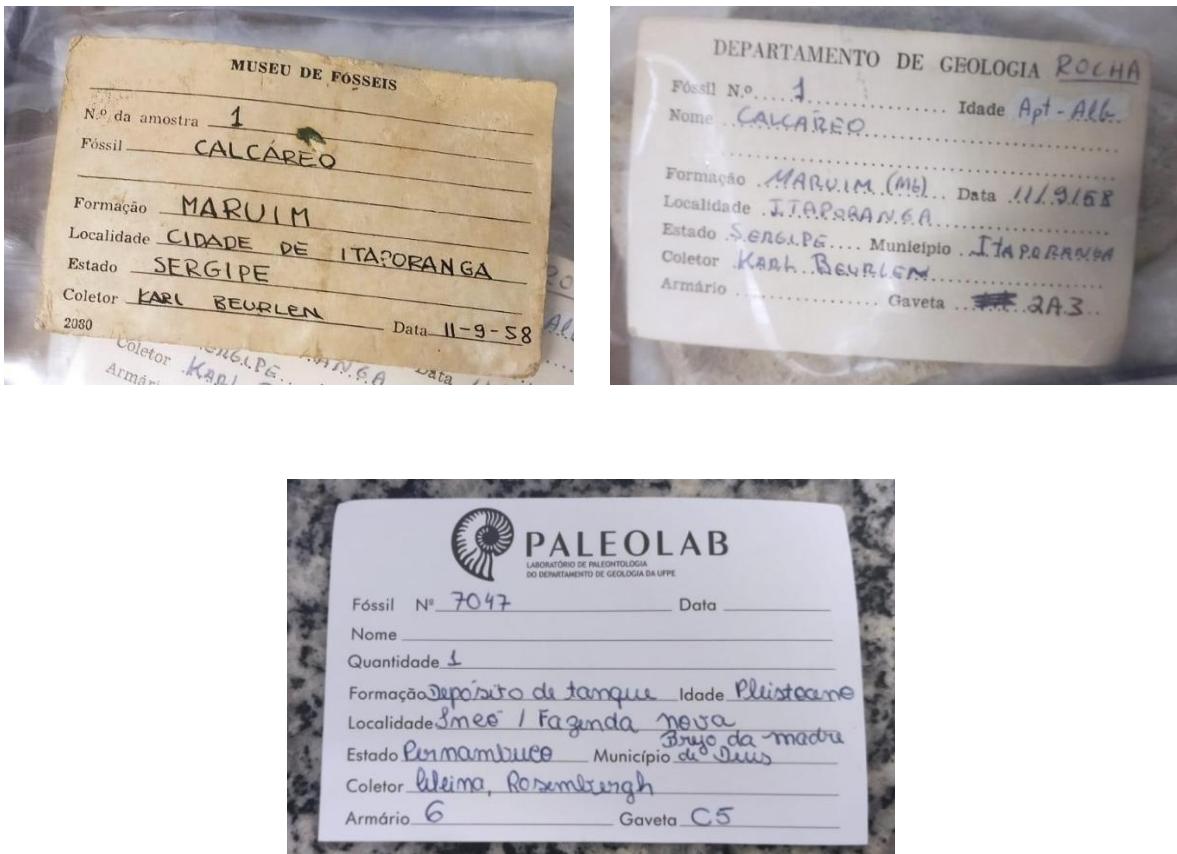
Figura 06: Armários PALEOLAB



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

Os diferentes momentos de catalogação desta coleção podem ser exemplificados pelas etiquetas das peças, onde foram identificadas três nomenclaturas (Museu de Fósseis, Departamento de Geologia e PALEOLAB, conforme pode ser observado na Figura 07 abaixo:

Figura 07: Etiquetas



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

Apesar de receber o nome museu por Prof. Karl Buerlen, os atuais responsáveis pela coleção afirmaram que não a classificariam como museu, uma vez que não havia prédio ou o desenvolvimento das atividades realizadas em um museu, especialmente para exposição.

A atual Exposição de Fósseis surge assim da iniciativa de dar visibilidade à Coleção Científica Paleontológica, promovendo uma atividade de extensão. A partir de recursos oriundo da FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco) em 2004, o PALEOLAB organiza uma exposição no 5º andar do CTG com exemplares da Coleção Científica Paleontológica e também réplicas de fósseis, em que estes não tivessem condições de ficar na exposição.

A Exposição também conta com o Bosque Fóssil da Era Mesozoica, localizado no térreo do CTG. Este bosque trata-se de um salvamento de uma floresta petrificada realizado pelo Professor Geraldo Muniz e seus alunos em 1983,

quando foi construída a Barragem de Itaparica e o antigo município de Petrolândia foi inundado. A Figura 08 abaixo, imagem do Bosque Fóssil.

Figura 08: Bosque Fóssil



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

O nome atual da Exposição de longa duração do 5º andar é ‘Paleo PE: Descobrindo antigos habitantes do território pernambucano’. A exposição conta com expositores em *drywall* e vidro, onde divulgam fósseis de Pernambuco. Um dos expositores traz fósseis também da Paraíba, pois estes foram localizados na fronteira entre estes dois estados. Há também réplica em tamanho natural do *Mirischia asymmetrica* (único dinossauro pernambucano descrito até o momento), além de banners e adesivos explicativos sobre Paleontologia e eras Geológicas. As Figuras 09 a 13 abaixo tratam-se de imagens desta exposição.

Figura 09: Entrada da Exposição



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

Figura 10: Primeiro ambiente da Exposição - megafauna



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

Figura 11: Segundo ambiente da Exposição



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

Figura 12: Vitrines da Exposição – Pernambuco e Paraíba



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

Figura 13: Vitrines da Exposição – Réplica do dinossauro



Fonte da imagem: Elaborado pelos autores, 2024

A modernização das vitrines foi realizada com recursos do Edital Rede de Museus 2020, para apoio de ações para a preservação do patrimônio cultural da UFPE. Na Figura 14 abaixo, reprodução de página do Instagram do PALEOLAB, onde aparecem imagens da exposição em 2021, antes da modernização das vitrines.

Figura 14: Imagens da Exposição em 2021



Fonte da imagem: Reprodução Instagram

Na imagem acima, é possível perceber que nas vitrines anteriores, parte do acervo ficava vulnerável a quedas, pois estava apoiado em cima dos armários. A modernização da exposição, portanto melhorou a fruição da visita e a segurança do acervo.

A Exposição recebe visitas individuais e de grupos de no máximo 30 pessoas, que são mediadas por técnicos do PALEOLAB. Estas visitas são previamente agendadas por site, onde a partir do perfil do visitante ou grupo é organizada a mediação. Em casos de grupos de até 05 pessoas, a depender do interesse em paleontologia, a visita pode incluir o laboratório de preparação de fósseis do PALEOLAB, também localizado no 5º andar. No caminho, há também expositores com fósseis de outros estados da Região Nordeste, que não foram incluídos na exposição de longa duração PALEO PE. Estas visitas são realizadas também em conjunto com o Museu de Minerais e Rochas, localizado no térreo do CTG.

O PALEOLAB possui perfil no Instagram, onde divulga suas ações externas, como visitas de campo e atividades de extensão promovidas em conjunto com a PROEXC (Paleontologia vai a Praça') ou com o CECINE (Coordenadoria do Ensino de Ciências do Nordeste – UFPE) (CECINE pelas cidades). Na Figura 15 abaixo, reprodução de página do Instagram, onde aparece divulgação de uma destas ações.

Figura 15: Publicação: Paleontologia vai a Praça



Fonte da imagem: Reprodução Instagram

Nesse contexto, a Coleção Científica Paleontológica e a Exposição de Fósseis da UFPE assumem um papel relevante tanto na popularização da ciência quanto na valorização e difusão do patrimônio cultural universitário. Sua integração à Rede de Museus da UFPE ampliou significativamente a visibilidade de suas ações, possibilitando maior inserção institucional e o fortalecimento de estratégias de comunicação científica. Além disso, essa participação viabilizou o acesso a editais de fomento voltados à preservação do patrimônio cultural, como é o caso da Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/Identidade Brasil – Recuperação e Preservação de Acervos 2024, na qual a coleção foi contemplada com recursos, conforme informado pela equipe responsável pelo PALEOLAB.

4 COLEÇÃO CIENTÍFICA PALEONTOLÓGICA E EXPOSIÇÃO DE FÓSSEIS DA UFPE: UMA ABORDAGEM NO CAMPO DA MUSEOLOGIA

Diversas pesquisas apontam a vulnerabilidade do PCC&T, principalmente por estar alocado em instituições que não tem a preservação como atividade principal. Também as pesquisas apontam que a acumulação e guarda de artefatos ocorre geralmente por iniciativas individuais de cientistas, ao vislumbrar valores que ultrapassam sua função primária de instrumento de pesquisa ou ensino. No caso aqui apresentado, esta acumulação se deu por uma atividade prevista de ensino e pesquisa na instituição. A Coleção Científica Paleontológica da UFPE permanece aberta, pois as atividades do curso de Geologia incluem coleta, pesquisa e a preparação para extroversão de materiais, sejam rochas, minerais ou fósseis. Esta dinâmica permite uma reflexão interdisciplinar entre Museologia e Geologia, especialmente na curadoria destas coleções.

Assim, o campo da Geologia foi beneficiado com conhecimento advindo do campo da Museologia, em especial quando falamos do tratamento das coleções de história natural, no momento que estas passam a compor o acervo de importantes museus, a exemplo do Museu Nacional, que recebeu peças da Escola de Geologia do Recife, conforme mostrado no capítulo anterior. Além disso, houve a percepção dos cientistas desta relação ao inscrever a Coleção e a Exposição para fazer parte da Rede de Museus da UFPE. Talvez pelo desconhecimento do arcabouço teórico da Museologia, os responsáveis pela Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE ao reconhecer a exposição como principal ‘produto’ de um museu, estranharam não existir uma categoria ‘exposição’ no Edital de Chamada da PROEXC, de modo que inscreveram conjuntamente a coleção e a exposição.

Neste capítulo, portanto, vamos explorar essas relações interdisciplinares e refletir sobre uma abordagem museológica da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE.

4.1 A Rede de Museus da UFPE

A UFPE possui uma trajetória institucional que abrange quase 200 anos, se considerarmos a Faculdade de Direito do Recife, fundada em 1827. Durante este período, foram acumulados e produzidos diversos objetos que em algum momento perderam sua função primária para ensino ou pesquisa e, a partir da percepção

pelos seus usuários de outros valores que poderiam ser atribuídas a estas coisas, passaram a ser percebidos como patrimônio cultural desta instituição. Sendo o museu no Ocidente principal instituição quando se pensa na preservação do patrimônio cultural, intencionalmente é aplicada uma lógica museológica no trato desses objetos. Assim, são formados museus e coleções na universidade, apesar de ‘invisíveis’ institucionalmente (ARAÚJO, 2019; MENDONÇA JÚNIOR, 2022; OLIVEIRA, 2015; RANGEL, 2015, SANTANA, 2022).

Estes museus e coleções eram mantidos com amadorismo, segundo alguns gestores consultados em pesquisas anteriores (realizadas no âmbito da gestão pública e não da Museologia). A Coleção Científica Paleontológica da UFPE, por exemplo, encontrava-se dispersa em vários espaços, sob a responsabilidade de diferentes professores até ser reunida no início dos anos 2000, conforme explicado no capítulo anterior. Não havia na UFPE qualquer órgão ou setor responsável pelos museus e coleções, de modo que a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) foi apontada pelos gestores desses espaços como instância que oferecia apoio institucional, principalmente para conseguir recursos financeiros para o funcionamento (MENDONÇA JÚNIOR, 2020; OLIVEIRA, 2015).

Somente em 2003, com o documento Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2003-2013 há a menção para a existência de patrimônio científico e cultural da UFPE. Tal afirmação, ao lançar luz a este patrimônio, de certa maneira obriga a universidade a divulgar e protegê-lo. Outros documentos também são importantes para questão cultural na UFPE, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013 (que determina como um dos princípios institucionais a UFPE enquanto lugar de preservação e disseminação da cultura); o PEI 2013-2027 (que traz entre seus objetivos estratégicos a implantação uma política de resgate, preservação e acesso à cultura) e o PDI 2014-2018 (onde afirma a cultura enquanto atividade não só de Extensão, mas também de Ensino e de Pesquisa). Além disso, o patrimônio cultural da universidade passa a ser visto também como catalisador da identidade universitária, num momento político em que as universidades públicas são atacadas por setores da sociedade (MENDONÇA JÚNIOR, 2020; 2022).

Assim, os diversos atores envolvidos na gestão de museus e coleções da universidade articulam maneiras de viabilizar a institucionalização destas ações descentralizadas de promoção do patrimônio cultural. Numa iniciativa para alterar este cenário, algumas universidades brasileiras institucionalizaram redes de

museus, numa proposta de articular conjuntamente ações isoladas de salvaguarda de seu patrimônio cultural. Segundo por Ribeiro e Araújo (2020, p. 76): “das 69 instituições federais de ensino superior brasileiras, apenas 07 apresentam redes ou sistemas de gerenciamento dos museus nos seus organogramas”.

Finalmente, ciente da importância da conservação e valorização do patrimônio institucional, a UFPE aprovou a Resolução 10/2018⁷ que criou institucionalmente a Rede de Museus da UFPE, vinculada à PROEXC (UFPE, 2018). A Rede de Museus da UFPE tem por objetivos:

- I - promover a cooperação e a articulação entre os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE, visando uma gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos;
- II - promover a interação dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE com instituições afins e com profissionais ligados ao setor, visando o constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;
- III - promover a aplicação e disseminação de conhecimentos do campo museológico;
- IV - apoiar tecnicamente os museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE, elaborando pareceres e relatórios sobre questões relativas às ações museológicas;
- V - indicar padrões e procedimentos adequados na promoção e execução de programas, projetos e atividades museológicas que preservem e valorizem o patrimônio cultural da UFPE;
- VI - incentivar e promover a adesão dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade à Rede de Museus da UFPE;
- VII - atuar conjuntamente com a Administração da UFPE, na emissão de parecer técnico, no tocante à apreciação das candidaturas à Rede de Museus;
- VIII - contribuir com a elaboração de editais de fomento voltados às ações de ensino, pesquisa e extensão articuladas à Rede de Museus da UFPE;
- IX - identificar oportunidades de fontes de financiamento e/ou parcerias para projetos a Rede de Museus, bem como auxiliar na elaboração e submissão de projetos, programas e ações integrados em editais de fomento e outras fontes de financiamento;
- X - estimular e contribuir para o cadastro dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da UFPE no Registro Nacional dos Museus, bem como em outras instituições nacionais e internacionais relacionados ao Setor Museológico;
- XI - estimular a participação e o interesse dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade em geral no setor museológico;
- XII - promover, estimular e apoiar a formação, a atualização e a valorização dos profissionais que atuam nos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte da Universidade;
- XIII - pleitear à Administração Superior a alocação de recursos humanos qualificados necessários para o adequado funcionamento dos espaços museológicos da Rede de Museus da UFPE;

⁷ Resolução aprovada em 19 de outubro de 2018 pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UFPE. Esta resolução disciplina o funcionamento dos museus, coleções científicas visitáveis e galerias de arte vinculados às atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição.

XIV - contribuir na formulação de políticas institucionais de aquisição e descarte de bens móveis com valor cultural não musealizados no âmbito da UFPE;

XV - estimular e apoiar a formulação de políticas institucionais de aquisição e descarte para os espaços museológicos da Rede de Museus da UFPE;

XVI - apoiar os membros da Rede a elaborar seus planos museológicos ou programas (institucionais, de acervos, de exposições, educativos e culturais, de pesquisa, de segurança, de financiamento e fomento, de comunicação e de acessibilidade);

XVII - propor uma política de gerenciamento de risco para os membros da Rede de Museus da UFPE (UFPE, 2022, p. 39-40)

A Rede de Museus da UFPE foi criada por meio da Resolução 10/2018 e institucionalizada por meio da Resolução 07/2022. Em 2019, a PROEXC lançou o Edital 04/2019 para “habilitar e reconhecer institucionalmente os museus, as coleções científicas visitáveis e as galerias de arte da Universidade Federal de Pernambuco, denominados de MCVGA, como Programa de Extensão Universitária” (UFPE, 2019, p.01).

Atualmente, a UFPE tem registrados na Rede de Museus um total de 15 (quinze) espaços que são responsáveis por acervos de significativa importância para a instituição, sejam bens móveis ou imóveis. São eles: Acervo da Faculdade de Direito do Recife, Centro de Documentação e Pesquisa da TV Universitária (CEDOC); Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis; Coleção de Ossos Humanos Contemporâneos; Coleção Geológica Estrutural; Galeria Capibaribe; Herbário UFP; Herbário URM; Museu da História da Topografia e Cartografia; Museu de Anatomia e Evolução Animal; Museu de Ciências Nucleares; Museu de Minerais e Rochas; Memorial Denis Bernardes; Museu de Zoologia e Museu do Centro Cultural Benfica.

4.2 A Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE na Rede de Museus da UFPE e no Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro

Como visto acima a Rede de Museus da UFPE conta com acervos de diferentes tipos: artísticos, arquivísticos, paisagísticos, paleontológicos entre outros. Todos eles poderiam ser incluídos no PCC&T brasileiro uma vez que este possui “áreas de intersecção com diversos outros recortes patrimoniais, como, por exemplo, o patrimônio industrial, o patrimônio ferroviário, arqueológico, paleontológico, do ensino, entre outros” (CARTA DO RIO DE JANEIRO, 2017, p. 4).

Ao analisar os espaços atualmente constituintes da Rede de Museus da UFPE percebe-se que extrapolam os espaços inicialmente definidos no Edital 04/2019:

- I. Museu – instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento;
- II. Coleções Científicas Visitáveis – conjuntos de bens culturais de natureza artística, histórica, científica ou tecnológica, conservados para registro permanente da herança natural do planeta e da humanidade, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente, possuindo ou não coleções didáticas, e que realizem processos museológicos;
- III. Galeria de Arte – espaço institucional que apresenta exposições artísticas temporárias, abertas ao público, podendo exibir produções recentes, emergentes ou fruto de pesquisas curatoriais, de seleção por editais, entre outros mecanismos, que estejam ou não incorporadas a coleções e acervos museológicos (UFPE, 2019, p. 1).

O PALEOLAB, responsável pela Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis inicialmente pensou em inscrever somente a Exposição de Fósseis, pois não vislumbrava a Coleção como um procedimento museológico. Tal perspectiva pode ser explicitada na afirmação do geólogo Ismar Carvalho:

Os acervos paleontológicos estão geralmente localizados em coleções de universidades e museus, os quais destinam-se quase sempre ao trabalho de pesquisa, exposição e atividades voltadas ao ensino. Esta divisão das finalidades de uma coleção é de extrema importância para a definição dos meios de conservação (CARVALHO, 2010, p. 377).

Porém, como visto ao longo deste texto, coleção é um tema presente no arcabouço teórico da Museologia. Além disso, a coleção é responsável por uma série de procedimentos museológicos, ao levarmos em consideração a definição de Museu apresentada pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) em 2022:

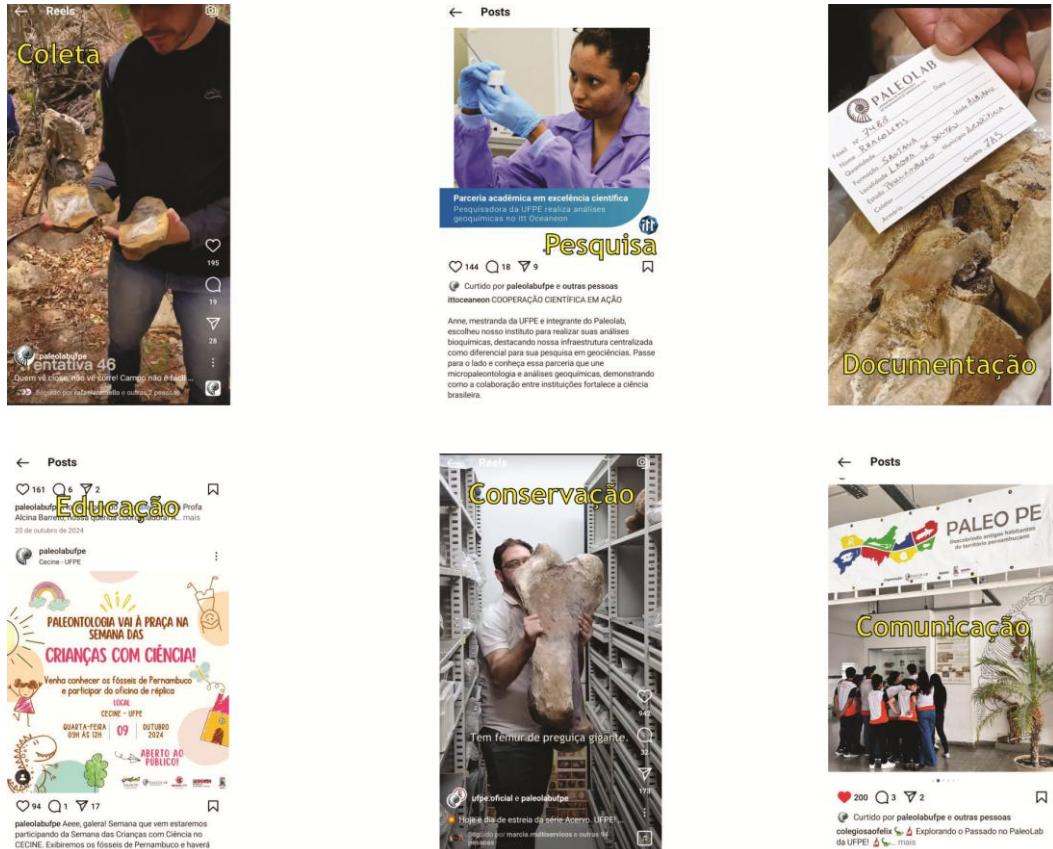
Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos e ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Com a participação das comunidades, os museus funcionam e comunicam de forma ética e profissional, proporcionando experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimentos (ICOM, 2022, s.p.).

Conforme abordado ao longo deste texto musealização e patrimonialização são processos semelhantes que envolvem a coleta, pesquisa e a comunicação do Patrimônio. Deste modo atividades que os geólogos identificam como atividade meio

em seu campo encontram eco no campo da Museologia. Além disso, muitos destes saberes e práticas são abordadas numa perspectiva museológica, devido a ‘tendência a musealização’, conforme defendido por Bralon (2018).

Na Figura 16 abaixo são representados algumas das atividades desenvolvidas pelo PALEOLAB relacionadas à Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis, um conjunto de seis imagens reproduzidas do Instagram do PALEOLAB. Na primeira imagem, identificada como ‘Coleta’ é uma fotografia de uma atividade de campo de estudantes de Geologia para coleta de fósseis. A segunda, identificada como ‘Pesquisa’ trata-se de fotografia de mestranda do PALEOLAB no laboratório. Na seguinte, identificada como ‘Documentação’ é mostrada uma etiqueta de identificação do acervo do PALEOLAB. A quarta imagem, ‘Educação’ apresenta uma arte com a chamada para a atividade educativa Paleontologia vai à Praça. A quinta imagem, ‘Conservação’ mostra os armários onde estão guardados os itens da coleção. Por fim, a última imagem ‘Comunicação’ trata-se de fotografia da entrada da exposição PALEOPE durante uma visita escolar.

Figura 16: Procedimentos museológicos da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis



Fonte da imagem: Reprodução Instagram

Assim, neste conjunto de imagens podemos vislumbrar uma série de procedimentos museológicos promovidos pelo PALEOLAB, inerentes a prática profissional da Geologia, uma vez que “curadoria em paleontologia compreende um conjunto de procedimentos que visam resguardar o material fóssil, já estudado ou não, e que abrange a proteção física, catalogação e disponibilização pública” (CARVALHO, 2010, p. 373). Assim, há uma série de pesquisas desenvolvidas no PALEOLAB que tratam da identificação, documentação ou procedimentos de preparação de itens já inseridos na coleção ou mesmo de inclusão de novos itens na coleção, coletados nas atividades de campo obrigatórias da formação do geólogo (ANDRADE, 2019; CARVALHO, 2019; DUQUE; BARRETO, 2011).

Em pesquisa no campo da Museologia, também há a observação sobre estas práticas do campo da Geologia que encontram eco na Museologia:

Entende-se por “fazer paleontológico” o conjunto das atividades que conduzem à construção do conhecimento na área da Paleontologia, nomeadamente tudo o que envolve o trabalho de campo na sua preparação, concretização e procedimentos seguintes no laboratório, incluindo a seleção dos espécimes que irão incorporar a coleção e a pesquisa com vista à publicação de artigos científicos (LIMA, 2019, p. 3).

Assim, a prática da curadoria de coleções paleontológicas pode exemplificar a interdisciplinaridade entre a Geologia e a Museologia, ratificando, portanto, a inclusão da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis no rol dos espaços incluídos na Rede de Museus da UFPE. Segundo os organizadores da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis, sua inclusão na Rede de Museus ampliou a visibilidade da coleção e facilitou a participação em projetos para aquisição de recursos financeiros para a manutenção da coleção. Uma ressalva apontada pelos organizadores é a disseminação de conhecimento do campo museológico, apesar de previsto como objetivo da Rede de Museus, não houve qualquer formação voltada para os gestores dos espaços. Tal fato é especialmente preocupante, principalmente para espaços que não possuem práticas museológicas como atividade meio, como é o caso da Geologia.

No âmbito da Rede de Museus a Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis é identificada como Coleção Científica Visitável, definida como

conjuntos de bens culturais de natureza artística, histórica, científica ou tecnológica, conservados para registro permanente da herança natural do

planeta e da humanidade, e que sejam abertos à visitação, ainda que esporadicamente, possuindo ou não coleções didáticas, e que realizem processos museológicos (UFPE, 2019, p. 1);

A partir desta definição de Coleção Científica Visitável, os responsáveis pela Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis resolveram inscrever em conjunto a coleção e a exposição por compreender a exposição como procedimento museológico. A coleção possui acesso restrito somente a pesquisadores do campo da Geologia, pois os organizadores acreditam que o acervo não tenha apelo para um visitante apenas ‘curioso’ sobre os fósseis. Para este público, há a exposição, segundo eles. Portanto, inicialmente não havia qualquer interesse em inscrever a coleção na Rede de Museus.

Este ponto pode clarificar não encontrar nos documentos consultados no campo da Museologia informações sobre a Coleção Científica Paleontológica da UFPE. Inclusive nos resultados em Pernambuco do Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro, publicado em 2015, não há menção a Coleção Científica Paleontológica da UFPE. Sobre esses resultados, Ribeiro afirma que:

As duas maiores IES do Estado (UFPE e UFRPE) não puderam ter os seus levantamentos finalizados, pois também não possuem políticas institucionais de preservação do seu patrimônio cultural de C&T. Nestas instituições há pequenos museus já identificados, porém, para além destes, tudo é desconhecido e os levantamentos precisam ser feitos individualmente, em cada laboratório; motivo pelo qual foram classificadas como “indefinidas” no que tange à existência de coleções não musealizadas (RIBEIRO, 2015, p. 38).

Em outro documento sobre os resultados em Pernambuco, a coleção é mencionada por Araújo (2015), sem mencionar seu nome ou o PALEOLAB:

O Departamento de Geologia da UFPE também possui um precioso acervo fossilífero. A coleção compreende mais de 10.000 exemplares de macrofósseis, microfósseis e icnofósseis, coletados nas bacias sedimentares do Nordeste, em rochas das eras Paleozóica, Mesozóica e Cenozóica (ARAÚJO, 2015, p. 143).

De acordo com a Proposta de Classificação de conjuntos de objetos de C&T do Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro, a Coleção Científica Paleontológica da UFPE seria definida como Coleção Visitável, uma vez que são:

Objetos que possuem tratamento especial, a começar por terem sido deliberadamente agrupados por serem considerados valiosos para cultura científica e tecnológica; submetidos a uma ou mais atividades museológicas visando sua preservação, incluindo listagem e/ou inventário e/ou

organização em local adequado para sua preservação e/ou são utilizados em estudos e pesquisas; expostos ou acessíveis ao público, mesmo que apenas sob marcação de visita.

Não estão inseridos em instituições denominados museus, de acordo com o estatuto dos museus (2009) (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014, p. 28).

Por outro lado, vale salientar que as atividades museológicas exemplificadas nesta definição não são assim encaradas pelos responsáveis pela coleção, como foi explicado anteriormente. Assim, caso consultados na pesquisa sem um conhecimento prévio do campo da Museologia, talvez esta coleção fosse identificada como um grupo de objetos não-visitável. Sendo o ato de colecionar algo inerente ao ser humano, o ato de cuidar ou organizar a coleção muitas vezes não é percebido como uma atividade museológica. Neste sentido, podemos perceber um motivo para as lacunas documentais dos levantamentos realizados no Projeto Valorização do Patrimônio Científico Brasileiro.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o modelo de Classificação de Conjuntos de Objetos de C&T apresentado no projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro – MAST/UNIRIO, aplicando-o à Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE, vinculada à Rede de Museus da UFPE, de modo a categorizá-la no âmbito do projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro. Para tanto, foi descrita a Proposta de Classificação de Conjuntos de Objetos de C&T apresentada no projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro – MAST/UNIRIO; mapeada a Coleção Científica Paleontológica, explicitando como se deu o processo de formação desse grupo de objetos; para enfim analisar a categorização deste conjunto de objetos de C&T na Rede de Museus da UFPE e no Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro – MAST/UNIRIO.

Como apoio a esta pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nos campos da Museologia e Geologia, valendo-se do caráter interdisciplinar da Museologia. Além disso, foram consultados documentos arquivísticos da UFPE e de outras instituições, afim de realizar a triangulação com os dados coletados nas visitas à Exposição e ao PALEOLAB e nas entrevistas realizadas com os responsáveis pela Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE. Conforme termo de consentimento livre esclarecido e termo autorização para utilização de imagens, os entrevistados não foram identificados neste texto, porém os documentos de áudio e imagem produzidos durante a fase exploratória da pesquisa estão arquivados pelos autores.

Nesta pesquisa foi possível traçar relações interdisciplinares entre Museologia e Geologia, em especial no tocante à curadoria coleções paleontológicas. Alguns dos textos consultados sobre este tema foram indicados pelos responsáveis pela Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE. Este tema pode ser aprofundado em futuras pesquisas em Museologia.

Na pesquisa foi identificado que a inserção na Rede de Museus facilitou o acesso da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis a fontes de financiamento, além de garantir visibilidade. Porém, a lacuna na disseminação de conhecimento museológico para os gestores de espaços incluídos na Rede de Museus apresenta-se como um importante obstáculo para a inclusão de novos

espaços e coleções. É importante salientar, porém, que as universidades sofrem sérios problemas em relação a falta de recursos físicos, financeiros e humanos e, infelizmente, a gestão da cultura, por não ser atividade fim destas instituições, acaba relegada ao segundo plano.

O Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro – MAST/UNIRIO tem como objetivo ampliar o conhecimento sobre conjuntos de objetos de C&T, de modo a propiciar uma melhor preservação e um estudo teórico sobre o PCC&T. Por estar em sua maioria alocado em instituições que não tem a preservação como atividade fim, este patrimônio encontra-se em risco de desaparecimento. Os levantamentos realizados nas universidades acabaram por evidenciar estes acervos, promovendo iniciativas para sua preservação, como inventários de bens culturais e criação de redes de museus.

Foi identificado que a Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE pode ser categorizada como Coleção Científica Visitável no âmbito da Rede de Museus da UFPE e como Coleção Visitável Projeto Valorização do Patrimônio Científico e Tecnológico Brasileiro – MAST/UNIRIO. As confluências e divergências entre estes dois termos podem ser desenvolvidas em futuras pesquisas no campo da Museologia.

Por fim, apesar de realizar uma série de atividades museológicas, conforme apontado no decorrer deste texto, os responsáveis pela Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis da UFPE a enxergavam como uma atividade meio em sua área de atuação. Neste sentido, a compreensão do conhecimento teórico do campo da Museologia seria importante para os gestores da Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis identificarem a curadoria de sua coleção como um procedimento museológico e não somente a exposição (principal produto comunicacional do museu percebido pelo público).

REFERÊNCIAS

AGRAVOU-SE A SITUAÇÃO DA EXC DE GEOLOGIA DO RECIFE. **Diário de Pernambuco.** Recife, 04 de julho de 1964. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=30130. Acesso em 12 dez. 2024.

ALKMIM, Fernando Flecha; MENEZES, Messias Gilmar de. O cinquentenário do curso de Geologia nos 131 anos da Escola de Minas de Ouro Preto. **Boletim de Geociências da PETROBRÁS**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 171–194, 2008. Disponível em: <https://bgp.PETROBRÁS.com.br/bgp/article/view/263>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ALUNOS DE GEOLOGIA ATENDEM APELO DO DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO E CANCELAM GREVE. **Diário de Pernambuco.** Recife, 23 de junho de 1968. P. 23. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60478. Acesso em 12 dez. 2024.

ALUNOS DE GEOLOGIA REAGEM À TRANSFORMAÇÃO DE SUA ESCOLA EM SIMPLES INSTITUTO DA UFP. **Diário de Pernambuco.** Recife, 09 de junho de 1968. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60030. Acesso em 12 dez. 2024.

ANDRADE, Gilberto Osório de. Posição das Escolas de Geologia. **Diário de Pernambuco.** Recife, 30 de agosto de 1963. P. 04. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=24582. Acesso em 12 dez. 2024.

ANDRADE, Luana Cardoso de. **Cenário paleoambiental, tafonômico e paleopatológico dos mamíferos fósseis do depósito de tanque Zabelê, Capoeiras, Pernambuco, Brasil.** Doutorado (Tese) – Programa de Pós-Graduação em Geociências, UFPE, Recife, 2019. Orientador: Prof. Dr. Édison Vicente Oliveira. Coorientador: Prof. Dr. Vanderlei Maniesi.

ANJOS, N. F. R. A crise da Escola de Geologia. **Diário de Pernambuco.** Recife, 26 de maio de 1963a. P. 02. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=22731. Acesso em 12 dez. 2024.

ANJOS, N. F. R. Museu de Paleontologia. **Diário de Pernambuco.** Recife, 17 de fevereiro de 1963b. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=21297. Acesso em 12 dez. 2024.

ARAÚJO, Bruno Melo de. **Entre objetos e instituições:** trajetória e constituição dos conjuntos de objetos de C&T das Engenharias em Pernambuco. Tese (Doutorado)

Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. Orientador: Marcus Granato.

ARAUJO, Bruno Melo de. NOTAS DE PESQUISA: A UFPE e os acervos do Patrimônio do Ciência e Tecnologia. In: ARAÚJO, Bruno Melo de; RIBEIRO, Emanuela Sousa. (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia:** pesquisa, acervos e instituições. Recife : Editora UFPE, 2015. p. 129-154.

ARAUJO, Bruno Melo de; GRANATO, Marcus. Entre o esquecer e o preservar: a musealização do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. In: Marcus Granato; Emanuela Sousa Ribeiro; Bruno Melo de Araújo. (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia:** instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: MAST, 2017. p. 231-254.

ARAÚJO, Bruno Melo; RIBEIRO, Emanuela Sousa, GRANATO, Marcus. Carta do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia: produção e desdobramentos. IN: GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo (Org.). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia:** instituições, trajetórias e valores. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2017. p. 11-19

ASSEMBLEIA DECIDE HOJE SOBRE CAMPANHA CONTA A ABSORÇÃO DA ESCOLA DE GEOLOGIA DO RECIFE. **Diário de Pernambuco.** Recife, 07 de agosto de 1968. P. 06. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=61837. Acesso em 12 dez. 2024.

BARRETO, Alcina Magnolia Franca; OLIVEIRA, Edison Vicente; CASSAB, Rita de Cassia Tadim; DUQUE, Rudah Ruano Cavalcanti; SUCERQUIA, Paula; MOTA, Marcelo Augusto de Lira. Catálogo do material-tipo da Coleção Paleontológica do Departamento de geologia, Centro de Tecnologia e Geociências da Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos Geológicos**, v. 24, n. Especial, p. 3-53, 2014.

BARRETO, Sandra de Brito; OLIVEIRA, Adriano Edney Santos de; LIMA FILHO, Mario Ferreira. 60 Anos da Geologia na UFPE: proposta para a promoção da geocultura por meio de exposição temática. In: GRANATO, Marcus (org). **Anais do 4º Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2016. P. 149-167.

BERNARDES, Denis; PEREIRA, Juliana Melo. **Quando a cidade era universitária:** a geografia da Univer-cidade do Recife antes da construção do campus da UFPE. Disponível em: https://www.academia.edu/23902947/Quando_a_cidade-era_universit%C3%A1ria_a_geogr_afia_da_Univer_cidade_do_Recife_antes_da_constru%C3%A7%C3%A3o_do_campus_da_UFPE. Acesso em 21 jan. 2021.

BORGES, Luiz Carlos; CAMPOS, Marcio D'Olne. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: **ICOFOM LAM 2012:** Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral. Rio de Janeiro: UNIRIO, MAST, 2012. p. 112-123. Disponível em:

<https://www.sulear.com.br/textos/BORGES%20e%20CAMPOS%20Patrimonio%20como%20Valor%20IV%20SIAM.pdf>. Acesso em 10 mar. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 216. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp. Acesso em 27 abr 2020.

BRASIL. Decreto nº 40.783, de 18 de Janeiro de 1957. Institui a Campanha de Formação de Geólogos. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-40783-18-janeiro-1957-379597-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 17 jan 2025.

BRASIL. Lei nº 4.076, de 23 de junho de 1962. Que regula o exercício da profissão de geólogo. Brasília: Diário Oficial da União, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4076.htm#:~:text=LEI%20No%204.076%2C%20DE,exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o%20de%20ge%C3%B3logo.. Acesso em 17 jan 2025.

BRASIL. Lei nº 4.618, de 15 de abril de 1965. Incorpora os Cursos da Campanha de Formação de Geólogos a Universidades Federais e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4618.htm. Acesso em 17 jan 2025.

BRASIL. MAST - Museu de Astronomia e Ciências Afins. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/composicao/rede-mcti/museu-de-astronomia-e-ciencias-afins>. Acesso em: 22 out 2024.

BRULON, Bruno. Pesquisa em museus e pesquisa em Museologia: desafios políticos do presente. In: MAGALDI, Monique B.; BRITO, Clóvis Carvalho (Org.). **Museus & museologia:** desafios de um campo interdisciplinar. Brasília: FCI-UnB, 2018. p.19-36. Disponível em <https://orbi.uliege.be/bitstream/2268/235600/1/2018%20-%20Museu%20Antropol%C3%B3gico%20e%20Bacharelado%20em%20Museologia%20da%20UFG%20-%20din%C3%A2micas%20de%20atua%C3%A7%C3%A3o%20conjunta%2C%20com%20Nei%20Clara%20de%20Lima.pdf#page=22>. Acesso em 08 dez. 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia: entre abandono e destino **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 17, p. 19-28, 16 maio 2020. DOI: 10.26512/museologia.v9i17.31590. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/31590>. Acesso em: 17 out. 2024.

BUCKUP, Paulo Andreas. O papel do material-tipo depositado em coleções zoológicas na identificação das espécies biológicas. In: ARANDA, Arion Túlio; HERZOG, THIENGO, Marilza Maia; Silvana Carvalho. **I Seminário sobre Gestão e Curadoria de Coleções Zoológicas da Fiocruz.** Rio de Janeiro: Corbá, 2011.

CARTA DO RIO DE JANEIRO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/noticias/2017/agosto/carta-do-rio-de-janeiro-sobre-patrimonio-cultural-da-ciencia-e-tecnologia.pdf>. Acesso em 29 jun. 2019.

CARVALHO, Anny Rafaela de Araújo. **Novos répteis fósseis mesozoicos de Pernambuco, NE do Brasil**: descrição osteológica e considerações tafonômicas. Doutorado (Tese) – Programa de Pós-Graduação em Geociências, UFPE, Recife, 2019. Orientadora: Profa. Dra. Alcina Magnólia da Silva Franca. Coorientador: Prof. Dr. Gustavo Ribeiro de Oliveira.

CARVALHO, Ismar de Souza. **Paleontologia**: Conceitos e Métodos. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

CASO DA ESCOLA DE GEOLOGIA DO RECIFE REPERCURTE NO SENADO. Diário de Pernambuco. Recife, 11 de janeiro de 1961. P. 04. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=7723. Acesso em 12 dez. 2024.

CAUNE, Jean. **Cultura e Comunicação** – convergências teóricas e lugares de mediação. São Paulo: Editora UNESP, 2012. 137 pp.

CIENTISTAS VÃO ESTUDAR, EM CARUARU, CEMITÉRIO DE FÓSSEIS . Diário de Pernambuco. Recife, 30 de janeiro de 1962. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=14733. Acesso em 12 dez. 2024.

COLARÁ GRAU A PRIMEIRA TURMA DE GEÓLOGOS NO RECIFE. Diário de Pernambuco. Recife, 03 de dezembro de 1961. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=13788. Acesso em 12 dez. 2024.

COMISSÃO DE DEPUTADOS VISITA GEOLOGIA AMANHÃ. Diário de Pernambuco. Recife, 11 de junho de 1968. P. 07. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60120. Acesso em 12 dez. 2024.

COMO FUNCIONA O INSTITUTO DE GEOLOGIA. Jornal Universitário. Recife, 28 de fevereiro de 1968. P. 10. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/59203/1/JU_NUM%206_ANO%201.pdf. Acesso em 12 dez. 2024.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS – ICOM. Nova Definição de Museu. 2022. Disponível em: <https://www.icom.org.br/nova-definicao-de-museu-2/#>. Acesso em 12 dez. 2024.

CORDANI, Umberto G., ERNESTO, Marcia ; DIAS, Maria Assunção F. da Silva ; SARAIVA, Elisabete de Santis B. G.; ALKMIM, Fernando F. de ; MENDONÇA, Carlos Alberto ; ALBRECHT, Rachel. Ensino de Geociências na universidade.

Estudos Avançados, v. 32, n. 94, p. 309–330, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/nN8MTgFrjzMkwWkdht5HwJn/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 12 dez. 2024.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine? **Hors-série (ancienne formule) Qu'est-ce que transmettre?** Auxerre: Sciences Humaines, n 36 - Mars/Avril/Mai 2002. Disponível em https://www.scienceshumaines.com/comment-se-fabrique-le-patrimoine_fr_12550.html. Acesso em 22 set 2025.

DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários de Bruno Bralon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

DEPUTADO MINEIRO IMPEDIU ENQUADRAMENTO DA EG A UR. Diário de Pernambuco. Recife, 17 de abril de 1963. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=21930. Acesso em 12 dez. 2024.

DIRETOR DA ESCOLA DE GEOLOGIA APÓIA MOVIMENTO DOS ALUNOS PELA MANUTENÇÃO DA ESCOLA. Diário de Pernambuco. Recife, 13 de junho de 1968. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60164. Acesso em 12 dez. 2024.

DIRETOR DO INST. DE GEOCIÊNCIAS RECEBE AMEAÇAS DE DEMISSÃO POR DEFENDER A ESCOLA. Diário de Pernambuco. Recife, 18 de junho de 1968. P. 06. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60325. Acesso em 12 dez. 2024.

DOMINGO A FORMATURA DA 1ª TURMA DE GEÓLOGOS DO NORDESTE. Diário de Pernambuco. Recife, 15 de dezembro de 1961. P. 14. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=13999. Acesso em 12 dez. 2024.

DUQUE, Rudah Ruano Cavalcanti; BARRETO, Alcina Magnólia Franca. Procedimentos de curadoria em parte da coleção científica de fósseis do Departamento de Geologia/CTG/UFPE. In: **CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE**. 2011. p. 1-5.

ESCOLA DE GEOLOGIA DE PERNAMBUCO NA U.R.. Diário de Pernambuco. Recife, 11 de abril de 1965. P. 04. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=35414. Acesso em 12 dez. 2024.

ESCOLA DE GEOLOGIA COMEMORA DECÉNIO. **Jornal Universitário**. Recife, 30 de janeiro de 1968. P. 05Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/59203/1/JU_NUM%206_ANO%201.pdf. Acesso em 12 dez. 2024.

FERNANDES, Aníbal. Razões de “Cabo de Esquadra”. **Diário de Pernambuco**. Recife, 11 de janeiro de 1961. P. 04. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=7723. Acesso em 12 dez. 2024.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GRANATO, Marcus. Preservação do patrimonio universitário brasileiro-Ciências exatas e engenharias. In: Congreso Latinoamericano, 1 e Congreso Nacional de Museos Universitarios, 2, La Plata, Argentina, 2013. **Anais** [...]. Disponível em: <https://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/42470>. Acesso em 29 set. 2024.

GRANATO, Marcus. **Projeto Valorização do Patrimônio de C&T brasileiro**. Síntese Introdutória do Tema de Pesquisa. 2010. Disponível em: <http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/sintese.pdf>. Acesso em 22 out. 2024.

GRANATO, M.; MAIA, E. S.; SANTOS, F. P. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. **Anais do Museu Paulista**, v. 22, n. 2, p. 11-34, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v22n2/0101-4714-anaismp-22-02-00011.pdf>. Acesso em: 05 set. 2017.

GRANATO, Marcus; RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo. Cartas Patrimoniais e a preservação do Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia. **Informação & Informação**, v. 23, n. 3, p. 202-229, 2018. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/108470>. Acesso em: 17 out. 2024.

INICIADA ONTEM A GREVE DE GEOLOGIA. **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 de junho de 1968. P. 01. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60162. Acesso em 12 dez. 2024.

INSTITUTO INAUGURA INSTALAÇÕES DE PALEONTOGIA E FAZ EXPOSIÇÃO DE RESTOS FÓSSEIS DE ANIMAIS PRÉ-HISTÓRICOS. **Diário de Pernambuco**. Recife, 06 de março de 1968. P. 07. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=57354. Acesso em 12 dez. 2024.

INSTITUTOS ESPECIALIZADOS CUMPRIRAM BEM AS SUAS MISSÕES. **Jornal Universitário**. Recife, 30 de março de 1970. P. 10. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/59203/1/JU_NUM%206_ANO%201.pdf. Acesso em 12 dez. 2024.

JUIZ CONCEDE LIMINAR NOS MANDADOS CONTRA O REITOR. **Diário de Pernambuco.** Recife, 01 de outubro de 1968. P. 06. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=63471. Acesso em 12 dez. 2024.

LIMA, Joana David Caprário de. **A coleção de paleooinvertebrados do Museu Nacional do Rio de Janeiro (UFRJ):** formação, trajetória e utilização em contexto museológico. Doutorado (Tese) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2019. Orientador: Marcus Granato.

LOURENÇO, Marta C. Patrimônio da Ciência e da Técnica nas Universidades Portuguesas: Breve panorama europeu. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Marcio F. (Orgs.). **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia.** Livro Eletrônico. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009, pp. 53-63.

LOURENÇO, Marta C.; WILSON, Lydia. Scientific heritage: Reflections on its nature and new approaches to preservation, study and access. **Studies in History and Philosophy of Science Part A**, v. 44, n. 4, p. 744-753, 2013. Disponível em:<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0039368113000538>. Acesso em : 21 jan 2020.

MAIRESSE, François. **Dictionary of Museology.** Nova York: Routledge, 2023.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo **A UNIVERSIDADE E SEUS BENS CULTURAIS:** a política de valorização do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pernambuco. Doutorado (Tese) – Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, UFMA, São Luis, 2020. Orientadora: Maria do Socorro Sousa de Araujo.

MENDONÇA JÚNIOR, Anselmo **Patrimônio cultural universitário:** estratégias para obtenção do poder de definir qual o patrimônio cultural da/na Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2022. Orientador: Luiz Carlos Borges.

MENSCH, Peter van. **O objeto de estudo da Museologia.** Tradução de Débora Bolsanello e Vânia Dolores Estevam de Oliveira. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1994. 22 p. (Prétextos Museológicos, 1).

MUDANÇA EM GEOLOGIA NÃO ALTERA CARÁTER DO CURSO. **Diário de Pernambuco.** Recife, 11 de junho de 1968. P. 07. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60143. Acesso em 12 dez. 2024.

NEWTON SUCUPIRA DIZ QUE ABSORÇÃO NÃO PREJUDICA CURSO DE GEOLOGIA. **Jornal Universitário.** Recife, 31 de julho de 1968. P. 05. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/59203/1/JU_NUM%206_ANO%201.pdf. Acesso em 12 dez. 2024.

O'LEARY, Zina. **Como fazer seu projeto de pesquisa:** guia prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

OLIVEIRA, Maria Creuza Bezerra de. **Panorama da gestão de museus da Universidade Federal de Pernambuco no período de 2004 a 2014.** Mestrado (Dissertação) – Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, UFPE, Recife, 2015. Orientadora: Profª. Dra. Emanuela Sousa Ribeiro.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade. Aprovada em 17 de novembro de 2015 pela Conferência Geral da UNESCO em sua 38^a sessão, 2017. Disponível em <http://www.icom.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseus eColecoes.pdf>. Acesso em 18 out 2024

PALEONTOLOGIA INAUGURA INSTALAÇÕES COM EXPOSIÇÃO DE RESTOS FÓSSEIS. Jornal Universitário. Recife, 30 de março de 1968. P. 05. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/59199/1/JU_NUM%208_ANO%201.pdf. Acesso em 12 dez. 2024.

PÁSSARO, Eloisa Magalhães; HESSEL, Maria Helena; NOGUEIRA NETO, José de Araújo. Principais acervos de paleontologia do Brasil. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 37, n. 2, p. 48-59, 2014.

PEYERL, Drielli; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. A participação da PETROBRÁS (1953) na formação de profissionais ligados à área de Geociências. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: [https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312914969_ARQUIVO_textoco mpletoanpuh\(1\).pdf](https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312914969_ARQUIVO_textoco mpletoanpuh(1).pdf). Cesso em 09 jan. 2025.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro., GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da, org. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro [online]**. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 23-40. ISBN 978-85-232-1221-6. Disponível em <http://books.scielo.org/id/m5yr9>. Acesso em 30 out. 2020.

POMIAN Krzysztof. Collection: une typologie historique. In: **Romantisme**, 2001, n°112. La collection. pp. 9-22. Doi: <https://doi.org/10.3406/roman.2001.6168>. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/roman_0048-8593_2001_num_31_112_6168. Acesso em 26 set 2024.

RANGEL, Marcio Ferreira. A Museologia no mundo contemporâneo. **Ciência da Informação**. v. 42, n. 3, p. 408-418, 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1371/1550>. Acesso em 10 dez 2020.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Acervos de Ciência e Tecnologia: Relações entre Temporalidade, Materialidade e Ciência. In: Simpósio Nacional de História, 27, 2013, Natal – RN. **Anais** [...]. Disponível em

https://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371500993_ARQUIVO_correcaotextocompleto_emanuela.pdf. Acesso em 29 set. 2024.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. Projeto Valorização do Patrimônio de C&T Brasileiro: Resultados em Pernambuco. **Museologia e Patrimônio**, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63603214/433-1892-1-PB_versao_publicada20200611-48764-b0w2fu-libre.pdf?1591935414=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DProjeto_Valorizacao_do_Patrimonio_de_C_a.pdf&Expires=1723320927&Signature=Ab8hByvHEEYq2iNrWPg079OirlSvvHkXpWz3W9BhqPtxJjHdw7yWh88SIG6jj3UqHOI~vk1Wsn9fHRnd7cgBgHgZAI6qosmTMJptjMADVFmLhm0dUHpQ3RXmOBsPFaHUDVWYjvHta~xeaaKotyaNGJhLdDziTljrIY1dzITs0DSIdytRATuGdJlsNOpYagu1pFac93YgMekO9Plpcz14ISXVrc8Se9dMPWqQTjy7AXWBg-wEcR5d5-k8EBSaSddQcy81vu~3LWMRcP2p7YYBrxIRcWM3YPAkJDKj~geT-ZtPm12Ga-rm3rnT0KXCHbZri4VLEVxlnoY3gf5d14CLg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em 10 ago. 2024

RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de. Políticas públicas para museus universitários em instituições de ensino superior: premissas legais e de gestão pública no Brasil. In: RIBEIRO, Emanuela Sousa; ARAÚJO, Bruno Melo de; GRANATO, Marcus (Orgs). **Cadernos do Patrimônio da Ciência e Tecnologia: Epistemologia e Políticas**. Recife: Ed. UFPE, 2020, p. 67-99.

RIBEIRO, Emanuela Sousa; SEGANTINI, Verona Campos; GRANATO, Marcus. Museus e patrimônio cultural universitário: discutindo conceitos e promovendo parcerias e articulações. In: ARAÚJO, Bruno Melo de et al (org.). **Museologia e suas interfaces críticas: museu, sociedade e os patrimônios**. Recife: Ed. UFPE, 2019. p. 51-65.

SANTANA, Vilckma Oliveira de. **As Coisas da Química: Os Objetos de Ciência e Tecnologia da Antiga Escola de Química de Pernambuco**. Mestrado (Dissertação) – Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2022. Orientador: Marcus Granato. Coorientador: Bruno Melo de Araújo

SCHEINER, Tereza. Cultura material e museologia: considerações. In: GRANATO, M. (Org.) **Museologia e Patrimônio**, Série MAST: 30 anos de pesquisa. Rio de Janeiro: MAST, 2015.. p. 17-48. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf. Acesso em: 05 set. 2020.

SIAL, Alcides Nóbrega. Cinquenta anos de Geologia em Pernambuco (1957-2007): retrospectiva. **Boletim de Geociências da PETROBRÁS**, v. 16, n. 2, p. 195-220, 2008. Disponível em: <https://bgp.PETROBRÁS.com.br/bgp/article/view/266>. Acesso em 09 jan. 2025.

SMITH. Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. **Caderno Virtual de Turismo**, p.140-154, 2021. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957/749>. Acesso em: 21 jun. 2024

SUCUPIRA: CURSO DE GEOLOGIA NÃO PERDE CARÁTER PROFISSIONAL COM ABSORÇÃO. **Diário de Pernambuco.** Recife, 16 de junho de 1963. P. 06. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60239. Acesso em 12 dez. 2024.

UMA ESCOLA NECESSÁRIA. **Diário de Pernambuco.** Recife, 10 de abril de 1963. P. 14. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=21813. Acesso em 12 dez. 2024.

UNIVERSIDADE DO RECIFE – ESCOLA DE GEOLOGIA. **Diário de Pernambuco.** Recife, 01 de agosto de 1965. P. 13. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=37505. Acesso em 12 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Edital 04 /2019** – Edital De Registro de Museus, Coleções Científicas Visitáveis e Galerias de Arte da UFPE. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/38978/1910783/EDITAL+04_2019++%E2%80%93++EDITAL+DE+REGISTRO++DE+MUSEUS%C2+COLE%C3%87%C3%95ES++CIENT%C3%8DFICAS+VISIT%C3%81VEIS+E+GALERIAS+DE+ARTE+DA+UFPE.pdf/85774d9f-32a2-45c6-bb80-bc9361a8c78c. Acesso em 04 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. Nota Oficial. **Diário de Pernambuco.** Recife, 16 de junho de 1968. P. 03. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Geologia%22&pagfis=60236. Acesso em 12 dez. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE. **Rede de Museus**, 2024. Coleção Científica Paleontológica e Exposição de Fósseis. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proexc/rede-de-museus>. Acesso em: 05 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Resolução Nº 07/2022.** Recife, 2022. Disponível em: <https://sipac.ufpe.br/public/visualizaBoletins.do?aba=boletins&publico=true>. Acesso em 04 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. **Resolução Nº 10/2018.** Recife, 2018. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/38978/2050074/Res+2018+10+CCEPE+%28museus%2C+cole%C3%A7%C3%B5es+cient%C3%ADficas+visit%C3%A1veis+e+galerias+de+arte.pdf/46b68083-49d2-4229-bc32-69634ef48c83#:~:text=EMENTA%3A%20Disciplina%20o%20funcionamento%20dos,lhe%20s%C3%A3o%20conferidas%20pelo%20Art>. Acesso em 04 jul. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO. Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. **Linhas de Pesquisa.** Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.unirio.br/ppg-pmus/linhas-de-pesquisa>. Acesso em 03 out 2024.

VALE, Eduardo; HERRMANN, Hildebrando. Economia mineral do ouro no Brasil. In: **Extração do ouro:** princípios, tecnologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. p.307-322.